PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

José Ubiratan Ferraz Bueno

A Organização Socialista Internacionalista (OSI) e a luta contra a ditadura militar brasileira em 1978

Trabalho de Conclusão de Curso – Pós-Graduação em História Sociedade e Cultura
Orientador(a): Profª. Drª. Lívia Cotrim

SÃO PAULO
2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

José Ubiratan Ferraz Bueno

A Organização Socialista Internacionalista e a luta contra a ditadura militar brasileira em 1978

Monografia de lato *sensu* em História Sociedade e Cultura

SÃO PAULO
2014

AGRADECIMENTOS

À professora Lívia Cotrim, pela atenciosa e precisa orientação.

À professora Vânia Noeli, pelo excelente curso “História: trabalho, sociedade e cultura” e por apresentar a orientadora

Ao Rafael Padial, pelos materiais disponibilizados, pelas discussões e observações.

RESUMO

O capital monopolista – nacional e estrangeiro – valeu-se, a partir de 1964, no Brasil, de uma das facetas do Estado burguês: o regime autocrático. Visando aprofundar o quadro de superexploração do trabalho, a ditadura militar brasileira atacou direitos civis, destruiu organizações dos trabalhadores e perseguiu aqueles que se opunham ao regime. As greves desencadeadas a partir de 1978 colocaram novamente a classe operária como protagonista no cenário político brasileiro, trazendo, assim, para a ordem do dia, a perspectiva da derrubada da ditadura militar. É nesse contexto que nasce o Partido dos Trabalhadores (PT), a partir da aliança de diversos setores de esquerda – de vários matizes e diferentes graus de comprometimento com um programa revolucionário. O presente estudo busca analisar alguns aspectos da política defendida pelos trotskistas da Organização Socialista Internacionalista (OSI) no ano de 1978 por meio de seu órgão de imprensa – *O Trabalho* –, tendo em vistas seus possíveis erros e acertos em um momento em que a esquerda brasileira perdeu uma oportunidade histórica para a construção da revolução socialista no país.

Palavras-chave: Organização Socialista Internacionalista; autocracia; democratização

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....7

1. DITADURA DE CLASSE, ARROCHO SALARIAL E PERSPECTIVA DO TRABALHO.....17

2. A ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA INTERNACIONALISTA (OSI) NO COMBATE À DITADURA: ARROCHO, SINDICATOS, ELEIÇÕES E PARTIDO OPERÁRIO.....30

2.1. A Organização Socialista Internacionalista (OSI).....30

2.2. A Organização Socialista Internacionalista e o arrocho salarial.....32

2.3. Eleições de 1978, MDB e construção do Partido Operário.....37

3. PROGRAMAS CONTRA A DITADURA.....54

3.1. O programa da OSI.....55

3.2. A proposta de Chasin.....59

3.3. Resgatar o velho programa.....61

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....65

BIBLIOGRAFIA.....68

INTRODUÇÃO

As forças políticas que se organizaram no período final da ditadura militar brasileira cumpriram um papel fundamental – seja ele positivo ou negativo – no processo de abertura política do país, que ficou conhecido como transição democrática. Esse papel fundamental só se confirmou ao longo dos últimos trinta anos, e ainda hoje muitos desses grupos e indivíduos, que emergiram das lutas políticas e sociais do final dos anos 1970, exercem um papel ativo na política nacional. Os dois mandatos do PSDB (1994-1998 e 1998-2000) e os três mandatos do PT (2002-2006, 2006-2010 e 2010-2014) na presidência da república confirmam essa afirmação.

Nos últimos anos, muito tem aumentando o interesse dos pesquisadores a respeito da história do Partido dos Trabalhadores. Textos críticos ou apologéticos, trabalhados a partir de diversos pontos de vista e em áreas diferentes das ciências humanas, demonstram a complexidade da formação e do desenvolvimento daquele que é, hoje, o maior partido político brasileiro e cumpre seu terceiro mandato na presidência da República.

Como é sabido, a formação do PT se dá nos fins da década de 1970, em um momento de crise da ditadura militar e de reconstrução das organizações e entidades da classe trabalhadora, o que se reflete em seu ascenso no quadro da luta de classes no Brasil. Octavio Ianni, no prefácio de seu livro **A ditadura do grande capital**, ao discorrer sobre o seu objeto de estudo, alerta para o caráter de classe da ditadura militar brasileira:

> No conjunto, a problemática deste livro cobre uma época importante do desenvolvimento das classes sociais e das contradições de classes no Brasil. Ao mostrar como se organizam e reproduzem as relações entre o Estado e o capital, revelam-se os interesses das classes dominantes e as reivindicações das classes subordinadas. Ao mesmo tempo, mostram-se os antagonismos entre umas e outras. Assim a ditadura aparece em alguns dos seus aspectos mais notáveis. Uma coisa é a ditadura militar, que é mais visível nessa época; outra é a ditadura da grande burguesia, do grande capital, que determina as principais características do Estado ditatorial. Nem sempre as classes dominantes exercem diretamente o governo. Não precisam; não é conveniente.[1]

A ditadura militar, a serviço do grande capital, cada vez mais passou a restringir as liberdades democráticas e organizativas da sociedade civil brasileira. A classe operária se via

1 IANNI, Octavio. **A Ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 1.

atingida de diversas formas pela mão pesada da ditadura, que nada mais seria do que a "expressão da economia política do capital monopolista":

> Houve tanto a modificação arbitrária das condições de contrato de trabalho até a alteração do significado econômico e político do sindicato; tanto a militarização da fábrica como a generalização da violência policial. Ao colocar-se como instrumento e expressão do grande capital monopolista, a ditadura foi levada a reorganizar as relações de produção, na indústria e na agricultura.[2]

Com um forte caráter repressivo, o governo militar reorganizou as relações de produção no país, que passou a assistir, a partir de 1968, um grande crescimento de sua economia. Esse período, que se prolonga até meados da década de 1970 e que é conhecido como "os anos do milagre econômico", combinava "uma repressão brutal ao movimento social organizado, por parte da ditadura militar, com uma mudança estrutural na economia brasileira"[3]. A classe operária praticamente quadruplica nesse período, e a modernização também chega ao campo, com a introdução de maquinário moderno e produtos químicos, dando assim condições para o desenvolvimento de um proletariado agrícola[4]. Para viabilizar tal desenvolvimento, porém, a ditadura militar criou

> condições jurídico-políticas e econômicas sob as quais a burguesia conseguiu aumentar a taxa e a massa de mais-valia. Criou condições sob as quais a mais-valia *potencial*, que o subsistema econômico brasileiro poderia produzir, se realizasse na mais-valia *extraordinária*, que a burguesia passou a acumular. Nesse sentido é que se pode entender melhor o significado da pauperização relativa e absoluta que ocorreu em escala acentuada desde 64.[5]

Como ressalta Octavio Ianni, pauperização relativa e absoluta – em forma permanente e em tempos de crise, respectivamente – já ocorrem antes do golpe de 1964. A classe operária brasileira sofre, ao longo de décadas de seu desenvolvimento, um processo de pauperização relativa que fica evidenciada quando se compara seu empobrecimento com a queda dos rendimentos das outras classes. Já a pauperização absoluta desenvolve-se em momentos de crise ou em regimes ditatoriais, quando a burguesia vale-se do governo para impor de forma unilateral seus interesses, visando a "subordinação e

---

2 IANNI, Octavio. **A Ditadura do grande capital**,, p. 69.
3 GARCIA, Cyro. **Partido do Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença**. Universidade Federal Fluminense, 2000. (dissertação de mestrado), p. 15.
4 GARCIA, Cyro. **Partido do Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença**, p. 15.
5 IANNI, Octavio. **A Ditadura do grande capital**,, p. 79.

superexploração das classes assalariadas, em particular do proletariado e do campesinato". A partir do golpe militar, pauperização relativa e absoluta desenvolvem-se concomitantemente, em um contexto de repressão política e econômica da classe operária que possibilita a extração, por parte da burguesia nacional e estrangeira, de mais-valia extraordinária[6]. O milagre econômico brasileiro desenvolve-se nesse terreno fértil cultivado pela mão firme do governo militar.

Porém, depois da segunda metade da década de 1970, o modelo econômico implementado no país após 1964 começou a demonstrar suas limitações. Setores modernos do empresariado passaram a manifestar interesse por mudanças na política econômica, ao mesmo tempo em que setores da população começavam a reivindicar melhores condições de vida e a denunciar os desmandos da ditadura, por meio de reivindicações democráticas[7].

Com a movimentação da sociedade civil, a ditadura mostrava-se disposta a realizar uma abertura política, que seria "lenta, gradual e segura", ou seja, que seria controlada pelos seus próprios quadros e pela própria classe dominante, evitando-se, assim, qualquer mudança radical na estrutura social brasileira. Mas essa abertura "lenta, gradual e segura" não refletia a necessidade histórica do momento, pois, como afirma Cyro Garcia,

> o anseio de redemocratização ia muito além das fronteiras das classes dominantes. A luta pela anistia, que, num primeiro momento, se resumia a parentes e amigos dos presos políticos, exilados, cassados e "desaparecidos", ganhou o apoio popular, com a reentrada em cena do movimento estudantil.[8]

As manifestações encabeçadas pelo movimento estudantil a partir de 1977 encorajaram o conjunto da sociedade civil a levantarem suas pautas. Mas, no mesmo ano de 1977, o General Geisel valeu-se do AI-5[9] para fechar por tempo determinado o Congresso Nacional, após voto do MDB contrário à Reforma do Judiciário: o regime militar mostrava, assim, a verdadeira faceta de sua abertura política. Ainda em 1977, descobre-se que o governo – por meio do Ministro Delfim Neto – falsificara as taxas de inflação, "rouba(n)do dos trabalhadores uma porcentagem de 34,1%"[10]. Um movimento pela

---

6 Para uma discussão mais completa a respeito do tema, verificar a segunda parte de **A Ditadura do grande capital**, intitulada "A classe operária e o campesinato", mais especificamente seu capítulo VII, "Mais-valia extraordinária". IANNI, Octavio. **A Ditadura do grande capital**, pp. 57-108.

7 GARCIA, Cyro. **Partido do Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença**, pp. 15-17.

8 Idem, p. 16.

9 Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que conferia ao Presidente da República plenos poderes, como, por exemplo, decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores (art. 2), e suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (art. 4). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acessado em: 01/04/2013.

10 SILVA, Antonio Ozaí da. **História das Tendências no Brasil**. 2ª ed., revista e ampliada. São Paulo: Proposta

reposição salarial iniciou-se, então, ao mesmo tempo em que eram ampliadas as lutas pelas liberdades democráticas. Diante da pressão, o governo viu-se obrigado a recuar e, dentre as conquistas do conjunto da população na época, a mais expressiva é a revogação do AI-5 e dos Atos Complementares.

No ano de 1978, os desdobramentos do movimento do ano anterior demonstraram a insuficiência dos planos de abertura "controlada" do governo militar diante das demandas da população em geral e da força readquirida pela classe trabalhadora brasileira em específico. De acordo com Antonio Ozaí da Silva,

> Os metalúrgicos da Scania, de São Bernardo do Campo, em 1978, paralisam suas atividades e dão um desfecho ao movimento pela reposição salarial iniciado em 77, como também, colocaram por terra a Lei de Greve[11]. Durante o ano de 78, as greves se estenderam a outras fábricas e a outras categorias espalhadas pelo Brasil, se bem que com menos intensidade que em São Bernardo. É o ascenso do movimento operário.[12]

Esse ascenso do movimento operário passava a deixar claro, no cenário da luta de classes, dois projetos predominantes da esquerda brasileira para a redemocratização do país e para a consolidação da Revolução Brasileira: uma concepção etapista e uma concepção do caráter socialista da revolução no país[13].

Com a sua política de "Frente Patriótica Contra o Fascismo", o PCB defendia uma aliança da classe trabalhadora com os setores progressistas da burguesia nacional, ou com todos aqueles setores que, em maior ou menor medida, opunham-se às práticas fascistas do governo brasileiro[14]. Isso teve uma consequência imediata na política adotada pelo partido a partir da segunda metade da década de 1970: defendendo a construção da "Frente Patriótica Contra o Fascismo", o PCB não poderia levar a cabo políticas que contrapusessem diretamente a classe operária e a burguesia, pois ambos seriam, de acordo com as resoluções do partido, aliados nessa etapa da Revolução Brasileira.

Editorial, s/d, p. 152.

11 Referência à Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, que restringia o direito de greve, submetendo a decisão dos trabalhadores à aprovação das direções sindicais atreladas ao governo e aos órgãos governamentais como, por exemplo, o Departamento Nacional do Trabalho. Dentre outros, essa Lei considerava ilegais greves deflagradas "por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade", sendo legalmente reconhecidas apenas greves motivadas por reivindicações "que interessem, direta ou legitimamente, à categoria Profissional". Verificar em: <http://www.jusbrasil. com.br/legislacao/128652/ lei-4330-64>. Acessado em: 07/04.2013.

12 SILVA, Antonio Ozaí da. **História das Tendências no Brasil**, p. 162.

13 Utilizamos, aqui, embora com algumas ressalvas que serão apontadas adiante, a divisão estabelecida por Antonio Ozaí da Silva em seu **História das Tendências no Brasil**. 2ª ed., revista e ampliada. São Paulo: Proposta Editorial, s/d.

14 Sobre a análise conjuntural e a política adotada pelo PCB no período, vide SILVA, Antonio Ozaí da, *op. cit.*, pp. 42 e 50-53.

O PC do B, depois do fiasco que foi a guerrilha do Araguaia, viu-se praticamente destruído, com muitos de seus quadros mortos ou presos pela repressão. No final de 1976, o Comitê Central do partido reuniu-se em uma casa na Lapa, zona oeste de São Paulo, com o intuito de fazer um balanço a respeito da guerrilha. Nessa reunião, o caráter controverso da guerrilha foi exposto a partir de dois posicionamentos divergentes apresentados sobre o tema – uma posição triunfalista, defendida por Arroyo e João Amazonas, e outra crítica, trazida por Pedro Pomar[15]. As divergências no seio do partido, porém, não se esgotavam apenas no que dizia respeito à guerrilha do Araguaia.

Com a reorganização e crescimento do partido, e um novo Comitê Central constituído, em 1979 ocorreu sua VII Conferência. Nela, o CC apresentou proposta de João Amazonas de um "Governo das Forças Democráticas e de Unidade Popular", "segundo a qual a revolução teria que passar pela etapa da formação de um governo liberal, reformista democrático-burguês"[16]. Aqui, como no caso do PCB, podemos observar uma análise que leva ao entendimento da necessidade de se fazer uma aliança com a burguesia nacional, em nome da luta pelas conquistas democráticas.

Uma terceira força política que priorizou, a partir de 1977, a luta pelas liberdades democráticas, deixando a luta pelo socialismo para uma "outra etapa", foi o MR-8[17]. Entre 1977 e 1982 o MR-8 realizou três Congressos, nos quais aprofundou a discussão para um projeto democrático e nacional, preconizando aliança com setores do empresariado e das Forças Armadas, para a revolução nacional democrático-burguesa[18]. Essa linha política, que opunha as demandas de emancipação nacional ao imperialismo, e acabou levando a organização a defender o caráter progressista de uma burguesia nacional, gerou rachas em seu interior, com alguns dos dissidentes ingressando no PCB.

Ao continuarmos seguindo os passos de Antonio Ozaí da Silva, nos deparamos, agora, com uma questão polêmica. Se ele acerta ao demonstrar como as políticas do PCB, do PC do B e do MR-8 apresentam uma convicção no caráter democrático e nacional da Revolução Brasileira – o que levaria à necessidade de aliança com setores progressistas da burguesia nacional –, nos parece equivocado afirmar que todos os grupos que compuseram o Partido dos Trabalhadores em sua

---

15 De um lado, Arroyo e João Amazonas apresentavam o documento "Gloriosa Jornada de Luta" – com uma visão positiva do movimento; de outro, Pedro Pomar defendia um posicionamento muito crítico à guerrilha, defendendo que ela, na verdade, apresentava desvios foquistas, que nada teriam em comum com a "guerra popular prolongada", defendida pelo PC do B, de linha maoísta, ao longo da década de 1970. Essa reunião da Lapa, no entanto, seria surpreendida pela repressão poucos instantes após o seu final, e teria como saldo os assassinatos de Pedro Pomar e Arroyo e a prisão de outros dirigentes – Vladimir Pomar, Aldo Arantes, Elza Monnerat, Haroldo e Drumond; João Amazonas não participara da reunião pois estava na Albânia. SILVA, Antonio Ozaí da, *op. cit.*, pp. 159-161.

16 SILVA, Antonio Ozaí da. **História das Tendências no Brasil**, pp. 160-161.

17 Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Este nome faz alusão ao dia da morte de Che Guevara.

18 SILVA, Antonio Ozaí da. **História das Tendências no Brasil**, pp. 155 e 164-166.

origem tinham "uma concepção do caráter socialista da Revolução Brasileira"[19]. Lincoln Secco, em sua **História do PT**[20], afirma que, se na origem do PT, houve um afastamento de "sua concepção democrática e popular da teoria das etapas, defendida historicamente pelo PCB e PC do B (...), a luta direta pelo socialismo nunca foi colocada na ordem do dia"[21]. Para Valério Arcary, em seu prefácio a **PT: de oposição à sustentação da ordem**, de Cyro Gracia:

> Não parece ser muito polêmico que o PT nunca foi um partido revolucionário, embora muitos militantes honestos que combatiam pela revolução brasileira tenham militado, com abnegação e despojamento, em suas fileiras. O PT surgiu como um partido operário com um projeto de **representação independente da classe trabalhadora**, mas com um projeto político de **reformas para a regulação do capitalismo brasileiro**. O PT nasceu das lutas que aceleraram a crise final da ditadura militar. O PT nasceu do impulso social da mobilização operária, uma força social de choque tão poderosa entre 1978 e 1981, que uma parcela majoritária da classe média urbana, sobretudo entre a juventude, se deslocou à esquerda e ultrapassou os limites do que era a oposição democrática liderada por Ulysses Guimarães e o MDB. O PT surgiu como **uma frente política** que unificou, em torno da liderança de Lula e de um grupo de sindicalistas que emergiram de uma dissidência da burocracia sindical – uma pequena parcela da casta de líderes sindicais que vegetavam em aparelhos sindicais, relativamente ricos, mas esvaziados – os ativistas da esquerda católica, os sindicalistas combativos que organizavam as oposições sindicais, a intelectualidade reformista de inclinações social-democratas, e os militantes da esquerda marxista de diversas tradições (autonomistas, castristas, stalinistas que estavam fora do PCB e do PC do B, trotskistas) que estavam estruturando variadas organizações.[22]

A pluralidade de forças políticas na gênese do PT nos leva a aproximar nosso entendimento ao de Valério Arcary, para quem o partido surge como "uma frente política", com "um projeto de

---

19 Fazemos referência à Parte II do Capítulo VII de sua obra aqui discutida, intitulado "As organizações e o PT: uma concepção do caráter socialista da revolução brasileira", no qual, apesar de seu título que pode induzir a um equívoco, o autor afirma existir, no interior do partido, a convivência de "diferentes concepções defendidas por diversas tendências (p. 172), e, compondo a "Articulação dos 113" (campo majoritário surgido em 1983), "sindicalistas, setores sob a influência da igreja progressista, intelectuais autonomistas, marxistas independentes e um setor minoritário à direita que mostra-se excessivamente parlamentarista e favorável à conciliação de classes (...)" (p. 172-173).

20 SECCO, Lincoln. **História do PT**. 2ª ed. revista. Cotia – SP: Ateliê, 2011.

21 Idem, p. 94.

22 ARCARY, Valerio. Prefácio. In: GARCIA, Cyro. **PT: de oposição à sustentação da ordem**. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

representação independente da classe trabalhadora", mas, também, com "um projeto político de reformas para a regulação do capitalismo brasileiro". Surgindo sem "uma ideologia precisa", mas, ao mesmo tempo, com uma preponderância política do setor sindical, de acordo com Garcia, "o discurso e as propostas do Partido, em seus primeiros anos, terão uma clara identidade classista, ou seja, uma preocupação de representação dos interesses e projetos da classe trabalhadora em oposição aos segmentos dominantes"[23].

A identidade classista, com a defesa da independência da classe trabalhadora em relação à burguesia, em nada se parecia com os programas defendidos pelo PCB, PC do B e MR-8, que viam na aliança com a burguesia nacional e progressista a tática correta para a revolução burguesa no Brasil. Assim, a construção do PT fez surgir, no horizonte do processo de democratização do país, uma oposição à abertura política idealizada pelos militares, "lenta, gradual e controlada", ao constituir-se como "polo de atração do que havia de melhor e mais destacado na geração de lutadores sociais que estiveram à frente dos maiores movimentos de massas da década, diminuindo a autoridade do MDB de Montoro e Tancredo quando eleitos governadores em São Paulo e Minas Gerais, e deslocando a influência que poderia ter sido atraída pela liderança de Brizola, eleito governador no Rio de Janeiro, ou até do PCB de Prestes"[24]. É nesse sentido que o Partido dos Trabalhadores estabeleceu uma "ruptura com a ordem", trazendo para o debate a urgência de um programa que, ao mesmo tempo, opunha-se aos programas dos militares, da burguesia (progressista ou associada aos militares) e da esquerda conciliadora. Garcia, porém, nos alerta para as limitações do uso da expressão "ruptura da ordem":

> É importante esclarecer que utilizamos a expressão "ruptura com a ordem" no sentido de um projeto de independência de classe e de oposição radical. Em nenhum momento de sua criação o PT foi visto como um partido revolucionário, no sentido clássico do marxismo, por seus fundadores. A rigor, os sindicalistas não tinham nenhuma formação marxista e viam com muita desconfiança a presença das organizações de esquerda no interior do partido. Estas, por sua vez, também os viam com muita desconfiança, notadamente por suas trajetórias oriundas do seio da estrutura sindical oficial.[25]

Lincoln Secco, ao fazer, em sua obra, referência a uma análise de Leoncio M. Rodrigues[26] a respeito do sindicalismo, reforça esse ponto de vista:

---

23 GARCIA, Cyro. **Partido do Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença**, p. 18.
24 ARCARY, Valerio. Prefácio, pp. 22-23.
25 GARCIA, Cyro. **Partido do Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença**, p. 24.
26 Leoncio M. Rodrigues, "Tendências Futuras do Sindicalismo Brasileiro", **Revista de Administração de Empresas** nº 4, Rio de Janeiro, FGV, dez. 1979, pp. 50-51, referido por SECCO, Lincoln op. cit., pp. 27-28.

> As greves do ABC (...) levaram muitos a considerar uma ruptura total entre o assim chamado novo sindicalismo e os comunistas, vistos como reformistas. Mas havia quem dissesse que no Novo Sindicalismo "uma orientação revolucionária" dificilmente poderia consolidar-se, já que os sindicalistas do ABC, diferentemente de seus aliados mais radicais da capital paulista, atuavam dentro da estrutura sindical e haviam optado pela legalidade tanto na luta econômica quanto política.

Os sindicalistas, ao lado da igreja progressista e dos remanescentes da luta armada, são apontados, pelos historiadores do partido, como as três fontes principais de sua composição inicial. Lincoln Secco, reconhecendo a importância de se observar essa composição inicial do partido – para que possa ser verificado o que ele apresenta de original ou não – desdobra esse tripé inicial, deixando ainda mais clara a complexidade e o caráter contraditório do partido em sua fundação:

> Desdobrando aquele tripé, poderíamos dizer que o PT surgiu de pelo menos seis fontes. A primeira foi o chamado novo sindicalismo; a segunda, o movimento popular influenciado pela Igreja Católica; a terceira, políticos já estabelecidos do MDB; a quarta, os intelectuais com origens diversas, como o antigo PSB ou posições liberais radicalizadas; a quinta, militantes de organizações trotskistas; a sexta, remanescentes da luta armada contra a ditadura (embora seja possível agrupar estes dois últimos).[27]

Ozaí da Silva nos diz que, desde a fundação do PT, convivem no seio do partido diversas concepções, que são defendidas por diferentes tendências[28]. O autor, então, divide essas tendências em dois blocos: aqueles grupos que se "organizam de acordo com os moldes marxista-leninistas" e os que se organizam "com outras características"[29]. Devido à força e à importância do Partido dos Trabalhadores no contexto da luta de classes no Brasil no final da década de 1970 e início da década de 1980 – colocando-se como uma alternativa independente da classe trabalhadora no cenário da política nacional –, voltaremos nossa atenção, a partir de agora, às organizações marxista-leninistas, mais precisamente aos grupos trotskistas que ingressaram no partido[30]. Abordar o papel que os

---

27 SECCO, Lincoln. **História do PT**, p. 27.

28 Se essa afirmação vale para o período sobre o qual nos debruçamos, já não pode ser considerada válida para os dias de hoje, ano de 2014, quando o PT cumpre seu terceiro mandato na Presidência da República.

29 SILVA, Antonio Ozaí da. **História das Tendências no Brasil**, p. 172.

30 Como aponta Macedo, as organizações trotskistas no Brasil no período eram cinco: Organização Socialista Internacionalista (OSI), Convergência Socialista (CS), Democracia Socialista (DS), Causa Operária (CO) e Partido Operário Revolucionário (POR) – todas elas, inclusive o POR, acabam ingressando no PT. Sobre a

marxistas em geral e os trotskistas em específico cumpriram na construção do PT se faz relevante na medida em que abre caminho para uma série de discussões fundamentais: quais concepções de partido estavam em jogo e quais eram as reais perspectivas para a construção da revolução brasileira? Nesse âmbito, em que contribuíram os trotskistas e seus programas para a construção do maior partido de esquerda da América Latina? Diante disso, vamos priorizar a análise de uma organização trotskistas que teve certa relevância no contexto da fundação do PT: Organização Socialista Internacionalista (OSI). Para tal, faremos uma primeira discussão teórica a respeito das possibilidades e entraves que apareciam no horizonte da esquerda brasileira no final da década de 1970, partindo das discussões propostas sobretudo nos textos de J. Chasin, reunidos em **A miséria brasileira**, em **A Rebeldia do Trabalho**, de Ricardo Antunes, no primeiro capítulo de **A ditadura em questão**, de Florestan Fernandes, intitulado "Crise ou continuidade da ditadura?" e nos Cadernos Estratégia Internacional – Brasil (**1964-1980 – A classe operária na luta contra a Ditadura**), publicação da Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional. Em seguida, nos determos na leitura do jornal *O Trabalho*, órgão de imprensa da OSI, que começou a circular em 1º de maio de 1978. Nossa leitura privilegiará o intervalo que vai do n. 0 (1º de maio de 1978) ao n. 15 (5 de dezembro de 1978 a 16 de janeiro de 1979), e buscará debater as posições apresentadas pelo jornal acerca do combate ao arrocho salarial, da luta nos sindicatos, das posições assumidas nas eleições de 1978 e da perspectiva de construção de um Partido Operário. Em um capítulo posterior, nos propomos a fazer uma discussão que apresente o programa da OSI para o combate à ditadura, a proposta de Chasin para esse mesmo combate, e uma alternativa, que não foi apresentada no período, que reivindicaria o **Programa de Transição**, de Trotsky, sobretudo as escalas móveis de

---

escolha do objeto a ser estudado em sua dissertação de mestrado – **Os trotskistas entre discursos e controvérsias: tradição, composição social e alinhamento internacional**. Universidade Federal do Paraná, 2011 –, Macedo justifica: "Tratar da militância e das organizações trotskistas no período final da década de 1970 e início de 1980, e não em outro qualquer, é uma opção que fizemos, pelo único critério da relevância que as organizações trotskistas tiveram neste período. Sobre isto KAREPOVS e LEAL (2007, 155-156) apontam que 'de 1979 a 1983 se estabeleceram caminhos e se formaram organizações que decidiram parte do que o Brasil é hoje. (...) Os trotskistas tiveram um papel destacado neste processo, maior, talvez, do que em qualquer momento anterior da história política brasileira.'

Na Une que se reconstruía, assim como no conjunto do Movimento Estudantil, no nascente Partido dos Trabalhadores, ou mesmo no movimento sindical, lá estavam os trotskistas constituindo a fração esquerda, mas de certa forma agora no centro do debate, posto que o stalinismo nacional (representado pelo PCB) perdia importância e as propostas e palavras de ordem dos trotskistas, principalmente pela voz de suas principais organizações, se faziam ouvir nos movimentos sociais de forma inédita. A relativa importância e público leitor de seus jornais ('Em Tempo', 'Versus' e 'O Trabalho'), a direção de importantes entidades estudantis, como o DCE da USP (dirigido por dois anos pela Libelu), e mesmo a participação de trotskistas nas formulações iniciais do PT (pelas mãos da CS e de Paulo Skromov), indicam um grau de atividade e influência dos trotskistas, que para seus padrões fazem deste período o mais relevante da história deste movimento no Brasil." MACEDO, Edmar Almeida de. **Os trotskistas entre discursos e controvérsias: tradição, composição social e alinhamento internacional**. Universidade Federal do Paraná, 2011. (dissertação de mestrado).

salário e de horas de trabalho, como meio de luta contra a ditadura a partir de uma perspectiva revolucionária. Finalizamos o presente estudo discorrendo de modo sucinto a respeito da adaptação da Organização Socialista Internacionalista à direção reformista do Partido dos Trabalhadores e do abandono do programa revolucionário por parte dessa organização.

1. DITADURA DE CLASSE, ARROCHO SALARIAL E PERSPECTIVA DO TRABALHO

O ascenso da classe operária brasileira iniciado em 1978 encontra suas raízes nas lutas travadas ao longo da década de 1970 e tem como centralidade – consciente ou inconscientemente – o combate ao ponto fundamental e de sustentação do regime militar – a sua política econômica –, que tinha sua expressão latente no arrocho salarial.

Depois das históricas greves de Osasco (SP) e Contagem (MG) em 1968, o movimento operário brasileiro passou por um período de forte repressão por parte do estado ditatorial. A perseguição e prisão de sindicalistas e militantes de esquerda, o fechamento de sindicatos e a supressão dos mínimos direitos ainda existentes da população no geral (em dezembro de 1968 a ditadura lançava mão do Ato Institucional n. 5) "quebrou" as oposições ao regime, garantindo à ditadura um período de aparente normalidade. Porém, apesar da derrota e de suas consequências negativas, o legado do movimento de 1968 não pode ser considerado negativo:

> Osasco e Contagem foram dois símbolos de luta contra a ditadura em 1968, e mesmo que derrotados marcaram um real processo de ruptura do proletariado com as velhas direções e aparatos (PC, varguismo, sindicalismo oficial), apontando para a auto-organização e o classismo. Assim era indispensável retomar seus ensinamentos para reagrupar os setores mais conscientes sob uma estratégia revolucionária que frente ao ascenso de 1978-80 permitiria ser uma alternativa às diversas variantes do reformismo.[31]

Além de representar um primeiro momento em que a classe trabalhadora colocou-se diretamente em luta contra a política econômica da ditadura, a importância do levante de 1968 manifesta-se na forma organizativa da luta, construída a partir das comissões de fábrica articuladas de modo clandestino pela vanguarda do operariado. As comissões mostram-se importantes na medida em que "passam por fora" do sindicato oficial atrelado ao governo, reforçando o caráter independente da classe trabalhadora. A experiência das comissões de fábrica seria retomada posteriormente, ao longo da década de 1970 e, sobretudo, no processo de lutas desencadeado a partir de 1978.

O refluxo das lutas operárias no período que vai de 1968 a 1974 começou a ser revertido a partir da crise do "milagre" econômico, que dava seus primeiros sinais em 1973, e de seu posterior

---

31 "Tese 1 [1966-68]". In: **A classe operária na luta contra a Ditadura (1964-1980)**. Cadernos Estratégia Internacional – Brasil. São Paulo: Iskra, s/d, p. 51.

agravamento com a crise econômica mundial a partir de 1974. De acordo com a "Tese 2 [1974]" dos Cadernos Estratégia Internacional – Brasil,

> (…) o ano de 1974 marca o início de uma nova contra-ofensiva operária e popular. Podemos dizer que foi um momento em que se combinaram a crise econômica internacional e do modelo brasileiro, o começo da decadência dos EUA (e com ela o giro em sua política de mudança de regimes), o desgaste da ditadura, a ruptura da classe média com o regime e o ressurgir das lutas da classe operária. Voltam à cena as comissões de fábrica e a militância operária, vai-se articulando o fenômeno das oposições sindicais, aglutinando distintos setores com distintas dinâmicas e posições com relação à reorganização da classe operária e à transição. Se preparava o auge proletário.[32]

Em "Conquistar a democracia pela base"[33], artigo escrito entre setembro e dezembro de 1977, Chasin afirmava que a crise que vem à tona no ano de 1977 encontra sua origem já no segundo semestre de 1973, cobrindo, assim, todo o período do governo Geisel[34]. A crise, de acordo com Chasin, é a crise do último "milagre", não sendo, desse modo, "uma crise à superfície das instituições"[35]. A crise, segundo ele,

> (é) o fracasso de uma **política econômica**, o fracasso do que, numa terminologia errônea, vem sendo chamado de 'modelo', e **não simplesmente o 'cansaço'**, desgaste ou esgotamento da ditadura implantada em 64, supostamente roída pelo tempo. **Muito menos é a crise atual o resultado de uma vaga aspiração nostálgica e abstrata pelas 'liberdades'**, nem o poderia ser – haja vista que isto se mostra historicamente improcedente (...)[36]

A argumentação do autor vai no sentido de que a história brasileira apresenta um quadro repleto de ditaduras, no qual é sentida a falta de "soluções econômicas de resolução nacional"[37],

---

32 "Tese 2 [1974]". In: **A classe operária na luta contra a Ditadura (1964-1980)**. Cadernos Estratégia Internacional – Brasil. São Paulo: Iskra, s/d., pp. 50-51.

33 CHASIN, J. "Conquistar a democracia pela base". In: **A miséria brasileira**: 1964-1994 – do golpe militar à crise social. Santo André (SP): Estudos e Edições Ad Hominem. 2000. pp. 59-77. Neste artigo, Chasin argumenta que "Ditaduras e 'milagres' traduzem o caráter essencial de nossa formação e estrutura coloniais". Caracteriza o período que vai de 1968 a 1973 (segundo ele próprio o "milagre" mais curto de nossa história) como um período de "industrialização subordinada ao imperialismo" (pp. 59-60),

34 Idem, p. 70,

35 Idem.

36 Idem, p. 61, grifos meus,

37 Idem, p. 60.

devido à dependência da burguesia nacional ao capital estrangeiro. Assim, o que estaria na ordem do dia, diante do regime militar em crise, não era reconquistar a democracia, mas sim conquistá-la de fato, já que, em solo brasileiro, a democracia – mesmo dentro dos estreitos limites da democracia burguesa – não realizou-se "de forma duradoura e real"[38].

O "milagre" econômico resultante desse período de industrialização subordinada ao imperialismo – expressão da debilidade da burguesia nacional no que se refere ao cumprimento de suas tarefas políticas e sobretudo econômicas – nada apresentava de "soluções econômicas de resolução nacional". Acompanhando a "Tese 2 [1974] dos Cadernos:

> De modo esquemático podemos dizer que o núcleo básico do modelo econômico, que alcançou sua maior intensidade entre 1968 e 1973, conhecido como "milagre econômico brasileiro", se sustentava por um lado em um alto endividamento externo, e, por outro, em uma estrutura baseada na produção de bens de consumo duráveis – apoiada nos investimentos estrangeiros diretos – e na produção orientada à exportação não só de produtos primários mas também de produtos de consumo manufaturados.
>
> A outra face deste desenvolvimento acelerado foi o ataque à classe operária e às massas, baseado na diminuição notável do valor de sua força de trabalho (…), o ataque aos direitos sindicais e políticos elementares e o fim da estabilidade que facilitava a grande rotatividade da mão-de-obra. Deste modo, o padrão de acumulação do "milagre" tinha seu pilar decisivo na **superexploração do trabalho**, que trouxe consigo um **empobrecimento crescente das massas assalariadas**.[39]

Isso posto, podemos afirmar que a crise, sendo a expressão do fracasso da política econômica, é a crise do regime, na medida em que sua razão de ser é a implementação dessa política econômica. Se, ao lado disso, observarmos a falta de uma democracia real e duradoura na história do Brasil, podemos concluir, com Chasin, que o desgaste do regime não se trata de "uma vaga aspiração nostálgica e abstrata pelas liberdades" – que aqui nunca tiveram uma manifestação real –, mas sim uma crise institucional, a partir do esgotamento objetivo da política econômica.

---

38 CHASIN, J. "Conquistar a democracia pela base", p. 60.

39 "Tese 2 [1974]", *op. cit.*, p. 47, grifos nossos. Chasin caracteriza o "milagre" da seguinte maneira: "baseado na dinâmica econômica da indústria automobilística e produtos correlatos, os chamados bens de consumo duráveis, destinados a uma absorção por segmentos privilegiados do mercado interno; 'milagre' também sustentado pelo 'esforço' exportador predominantemente, como sempre, de produtos primários e matérias-primas, e, de modo complementar, mais na aparência do que em termos efetivos, pela venda ao exterior de manufaturas" (CHASIN, J. "Conquistar a democracia pela base", p. 60).

Partindo da assertiva de que "os aspectos políticos são essencialmente determinados, enquanto a realidade econômica é por natureza determinante"[40], Chasin diz que levar isso em conta não significa desprezar os debates e a "efervescência política" do período, mas sim "compreender as coisas em suas devidas dimensões e significados"; trata-se de entender esses fenômenos "enquanto especificidades determinadas por uma totalidade que se ordena e estrutura pela base econômica"[41].

Partindo desse ponto de vista, esclarece-se o caráter classista da ditadura militar brasileira. Lívia Cotrim, discutindo aspectos da obra de Chasin sobre o período ora em discussão, afirma que:

> Chasin demonstra que a ditadura militar teve por suposto e objetivo a garantia de uma determinada organização produtiva, que vinha sendo questionada pelos movimentos populares. A industrialização subordinada ao capital externo, capitaneada pela produção de bens de consumo duráveis, conciliada com a estrutura agrária herdada da colônia e assentada na superexploração do trabalho, portanto na exclusão econômica dos trabalhadores, é a marca da estreiteza econômica da burguesia brasileira, determinante de sua estreiteza política: incapaz de dominar sob forma efetivamente democrática – porque impossibilitada de lutar ou sequer perspectivar sua autonomia econômica, e, assim, de se pôr à frente de um projeto de cunho nacional apto a incluir, embora nos limites do capitalismo, as classes a ela subordinadas –, **a burguesia brasileira só pode exercer seu poder político sob forma autocrática**.[42]

O regime autocrático, uma das variações da dominação burguesa, aparecia assim, para a débil classe dominante local, como um meio para que seu projeto de industrialização do país – submetido em sua raiz aos interesses do imperialismo – fosse viabilizado. Lembra Octavio Ianni que "(n)em sempre as classe dominantes exercem diretamente o governo. Não precisam; não é conveniente"[43]. A subordinação ao capital estrangeiro, refletindo a ausência de um projeto para o desenvolvimento do país, expressava-se (e expressa-se) no ataque aos direitos mínimos da população brasileira – saúde, trabalho digno, educação –, agravando o já lastimável quadro brasileiro, a partir da superexploração do trabalho e do crescente empobrecimento das massas. O uso da força, assim, torna-se um recurso fundamental para a implementação e aprofundamento de

---

40 CHASIN, J. "Conquistar a democracia pela base", p. 61.
41 Idem.
42 COTRIM, Lívia. "Apresentação – O capital atrófico: da via colonial à mundialização". In: CHASIN, J. **A miséria brasileira**: 1964-1994 – do golpe militar à crise social. Santo André (SP): Estudos e Edições Ad Hominem. 2000. pp. VI-VII, grifo nosso.
43 IANNI, Octavio. "Prefácio". In: A ditadura do grande capital, p. 1.

um projeto de país que visa apenas os interesses dos monopólios nacionais e internacionais, e para isso a burguesia brasileira abre mão de exercer o poder político, dando a impressão de que o Estado brasileiro "paira acima das classes". A ditadura militar – podemos chamá-la, devido à argumentação apresentada até aqui, de ditadura civil-militar –, assim, conta com uma "autonomia suficiente para arbitrar e comandar no lugar daqueles estratos e segundo os seus interesses"[44]. Florestan Fernandes argumenta que:

> (…) a íntima associação da 'burguesia nacional' com a 'burguesia estrangeira' engendrou e fomenta um pró-imperialismo residual que inibe os dinamismos intrínsecos da revolução nacional de cunho burguês e da revolução democrático burguesa. O Estado burguês converte-se numa arma de defesa que esmaga os 'adversários internos' das classes possuidoras e as protege nas relações siamesas com o 'capital externo' (…)[45]

Ao adentrarmos na discussão a respeito dos fundamentos econômicos da ditadura, a ilusão de que o governo "paira acima das classes" não se sustenta, na medida em que uma análise mais atenta da acumulação capitalista à época demonstra o caráter de classe do regime e a imprescindibilidade da forma autocrática de poder para a implementação do programa econômico. Ainda com Florestan:

> Esta [a ditadura] não paira "acima das classes" e, se o fizesse, já teria sido derrubada pelas mesmas forças sociais que a geraram e a mantêm. O colocar-se "acima das classes", no caso, significa anular o peso e a voz de estratos inferiores da burguesia e da massa dos operários urbanos que se incorporaram à sociedade civil e tendem a alterar os dinamismos desta de uma vez para sempre. A ditadura fica, pois, *acima das classes* na medida em que traduz uma defesa contra-revolucionária dos interesses das classes dos estratos dominantes da burguesia nacional e estrangeira, vinculados entre si quer pelo antigo modelo de desenvolvimento capitalista competitivo, quer pelo novo modelo emergente de desenvolvimento capitalista monopolista.[46]

---

44 FERNANDES, Florestan. "Crise ou continuidade da ditadura?". In: **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982, p. 15.

45 Idem.

46 FERNANDES, Florestan. "Crise ou continuidade da ditadura?", pp. 16-17. Sobre a sociedade civil, afirma Florestan: "Desde seu aparecimento, o conceito de sociedade civil é equivalente ao de sociedade burguesa. E foi aplicado para designar a forma histórica assumida por uma sociedade estratificada submetida à dominação das classes burguesas. No Brasil, as forças sociais que detêm maior influência na sociedade civil, gerada pelo

Reconhecendo o caráter de classe da ditadura militar brasileira, que defendia de modo intransigente os interesses dos setores da sociedade brasileira que, atrelados ao capital estrangeiro, a erigiram ao poder e dela dependiam para levar adiante a acumulação capitalista baseada na superexploração do trabalho, a perspectiva que se colocava para um real combate à autocracia e para a conquista (e não reconquista, como apontamos anteriormente) da democracia não poderia ser outra senão a do trabalho: "Só a presença da perspectiva do trabalho no seio da oposição dará conseqüência à luta oposicionista"[47].

Com o intuito de justificar a imprescindibilidade da perspectiva do trabalho para uma luta consequente contra o regime, para uma luta que, diante de uma objetividade analítica, seja capaz de conquistar a democracia real da perspectiva da massa trabalhadora, Chasin analisa a organização da produção a partir da instauração da ditadura, verificando que às camadas trabalhadoras – tanto dos campos quanto das cidades – foi negado qualquer tipo de benefício diante do quadro do "milagre", ou seja, os reais produtores da riqueza não tinham nem sequer suas necessidades básicas atendidas. A organização da produção em dois eixos básicos – produção de bens de consumo duráveis, para uma parcela privilegiada da população, e o esforço exportador, baseado na exportação de bens primários e bens manufaturados – acaba sendo "uma expressão complexificada e sofisticada da estrutura de caráter colonial ou neocolonial da economia brasileira"[48] (p. 69). Resume Chasin:

> Numa palavra, amplas camadas populares são inteiramente sacrificadas, coagidas a níveis baixíssimos de subsistência, e sobre este sacrifício e por causa dele realiza-se a acumulação capitalista, atendendo à dinâmica do capital monopolista, particularmente o estrangeiro.
>
> (…)
>
> **A miséria produzida pelo 'milagre' é resultante, portanto, da organização da produção que ele subentende**, e não da simples falta de uma equação distributivista e mais qualitativa.[49]

Diante do acima exposto, notamos a centralidade da questão econômica para que se pudesse, de fato, travar uma luta real pela democracia. Ao combater a política econômica implementada pelo governo militar – razão de ser desse governo –, uma oposição consequente estaria travando

---

desenvolvimento capitalista, não só se bateram contra o aprofundamento da descolonização, da revolução nacional e da revolução democrática; ao fazer isso puseram e marcha uma contra-revolução global prolongada e, através dela, forjaram um Estado autocrático burguês e sua forma de ditadura política (...)" (Idem, pp. 15-16).

47 CHASIN, J. "Conquistar a democracia pela base", p. 68.

48 Idem, p. 69.

49 Idem, p. 69, grifo meu.

diretamente uma luta contra o próprio governo ditatorial – modelo de governo essencial para a implementação de tal política econômica. Daí temos o fato, levantado por Chasin, de que, diante da crise, o governo sempre faz referência a um "aperfeiçoamento democrático", "enquanto as questões econômicas são mantidas fora de discussão"[50]. A questão institucional, não sendo a raiz do problema, é colocada na mesa de discussão; a política econômica, pelo contrário, constitui um verdadeiro tabu para o regime. A oposição, não partindo da perspectiva do trabalho, é levada – ou se leva ela mesma – ao engano da luta por uma "democracia" vaga. A forma bonapartista, que, segundo Chasin, "vigorava em sua plenitude"[51], a partir do momento em que o "milagre" econômico começou a dar indícios de seu esgotamento, passa a ter sua base social estremecida: as distintas frações monopolistas nacionais e estrangeiras, principais beneficiados pela fartura do "milagre", "se recusam a pagar o ônus da crise, que se manifesta e se inclina, sem reversão, para o agravamento"[52]. Assim, com as disputas no seio do capital monopolista para ver quem "vai ficar com o pedaço maior do bolo" diante do esgotamento do "milagre", "a unanimidade que garantia o monolitismo (mais operacional que essencial) de um governo incontrastável"[53] esgota-se; junto a essa unanimidade, esgota-se também a possibilidade de governar "acima das classes", ou seja, "acima das contradições". As frações monopolistas, então, passam a falar em "aperfeiçoamento das instituições", mas em nenhum momento fazem referência a uma possível mudança na política econômica – mudança que seria fatal para sua pretensões –, num claro exemplo de **politicismo**[54]. Manter a luta contra a ditadura nos estreitos limites da luta política era, em verdade, estabelecer a luta no campo permitido pelo regime, que assim protegia o campo fundamental para a disputa. Embora a luta contra o arrocho salarial – no campo econômico – pareça, a priori, uma luta de menor alcance, ela seria a real e consequente luta pela democracia e pela derrubada da ditadura, na medida em que assumiria de fato a perpectiva do trabalho. Hector Benoit, comentando a "Tese sobre a Situação Mundial e a Tarefa da Internacional", redigida por Trotsky para o III Congresso da Internacional, em 1921, aponta que Trotsky

---

50 CHASIN, J. "Conquistar a democracia pela base", p. 73.

51 CHASIN, J. "Hasta cuando? – A propósito das eleições de novembro". In: **A miséria brasileira**: 1964-1994 – do golpe militar à crise social. Santo André (SP): Estudos e Edições Ad Hominem. 2000. pp. 126.

52 Idem.

53 Idem.

54 Sobre politicismo diz Chasin: "Enquanto falsificação teórica e prática, o **politicismo** é um fenômeno simétrico ao economicismo. (…) fenômeno antípoda da politização (…), dilui cada uma das 'partes' (diversas do político) em pseudopolítica. Considera, teórica e praticamente, o conjunto do complexo social pela natureza própria e peculiar de uma única das *especificidades* (política) que o integram, descaracterizando com isto a própria dimensão do político, arbitrariamente privilegiada." No caso, então, o politicismo seria "uma **hipertrofia do político**, uma espécie de **hiperpolítica** que, nesta distorção, **nega a si mesma**". E mais adiante: "O *politicismo* arma uma política avessa, ou incapaz de levar em consideração os imperativos sociais e as determinantes econômicas (…) (t)rata-se, está claro, de um passo ideológico de raiz liberal (…) [, pois] a economia pertence à intangível esfera do privado." (Idem, pp. 123-124 – itálico do original – grifos nossos).

> afirma que o proletariado deve organizar a sua luta defensiva, ou seja, embasada em reivindicações econômicas. Eis que se coloca, então, a tática dos comunistas. Esta tática é descrita justamente como uma dialética que conduza das lutas defensivas à luta pelo poder numa dialética ininterrupta. (…) partindo da luta defensiva, aparentemente mínima, [o programa] vá desencadeando novos momentos, sínteses cada vez mais amplas de contradições. Esse processo lógico de contradições levaria, finalmente, à expropriação dos expropriadores, à derrubada do capitalismo, à negação da negação (para falar como Marx no capítulo XXIV de **O capital**. [55]

Se é verdade que a maioria das oposições – sejam elas liberais, reformistas ou revolucionárias – caíram na armadilha politicista, e reivindicações transitórias[56] – escalas móveis de salário e de trabalho – não foram levantadas pelas correntes trotskistas da época, a luta contra o arrocho salarial, sendo a luta travada a partir da perspectiva do trabalho, era aquela com real potencial para a derrubada da ditadura e a conquista da democracia. Assim, de acordo com Lívia Cotrim,

> a democracia, no Brasil, só poderia ser visualizada da perspectiva do trabalho, o que implicava ultrapassar os estreitos limites políticos em que a confina o pensamento liberal e ascender a seus fundamentos sociais – a esfera da produção e reprodução da vida, a organização socioeconômica.[57]

A par de qualquer teorização, que encarasse ou não a luta contra a ditadura militar a partir da perspectiva do trabalho, a classe operária voltaria com força ao cenário político nacional, dando indícios desse ressurgimento já no ano de 1977, com a campanha pela reposição dos índices salariais de 1973[58], e colocando-se em luta direta contra o arrocho salarial, ou seja, contra a política

---

55 BENOIT, Hector. "Reflexões sobre o esquecimento do programa marxista". In: TROTSKY, Leon. **O Programa de Transição**. São Paulo: Týkhe, 2009, pp. 18-19.

56 Sobre reivindicações transitórias, ver In: TROTSKY, Leon. **O Programa de Transição**. São Paulo: Týkhe, 2009 e "A agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internaciol". In: **Documentos de fundação da IV Internacional – Congresso de 1938**. São Paulo: Sundermann, 2008.

57 COTRIM, Lívia. "Apresentação – O capital atrófico: da via colonial à mundialização", p. XIII.

58 Nos referimos aqui à falsificação do índice de inflação referente a 1973, operada pelas agências oficiais, o que causou, para além dos efeitos do arrocho salarial, uma perde de 34,1% dos salários dos trabalhadores. A falsificação dos índices inflacionários foi um ataque direto aos já defasados salários dos trabalhadores, o que ressalta o fundamento da política econômica aí vigente. Para mais, ver: CHASIN, "Conquistar a democracia pela base", p. 63-64; ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalhado (O Confronto Operário no ABC Paulista: As Greves de 1978/80)**. São Paulo/Campinas: Ensaio/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988, pp. 17-18.

econômica da ditadura, no ano de 1978. Em "As máquinas param, germina a democracia"[59], Chasin afirma que a entrada da classe trabalhadora no cenário político brasileiro a partir de maio de 1978 foi "o advento de uma qualidade nova"[60] para as lutas sociais travadas em solo brasileiro:

> De maio de 78 a março de 79, neste curto espaço de menos de um ano, o país reencontrou o fluir de sua história – na dinâmica de seu principal e decisivo fundamento para a democracia: a massa trabalhadora.[61]

Para o autor, do *cruzar de braços* em maio de 1978 para as *greves declaradas* em março de 1979 não houve surpresa por três razões:

> primeira – pela existência do **arrocho** e seus cruéis derivados em todos os planos, a preparar pela base o leito de uma reação natural e específica; segunda – é da lógica universal da força de trabalho valer-se, mais cedo ou mais tarde, da **arma da greve**; terceira – a movimentação estava sendo 'plantada há alguns anos', 'a classe nunca esteve dormindo nos últimos 14 anos'.[62]

O acima exposto põe abaixo a tese do "espontaneísmo"; essa lógica expõe que "era suficiente não pretender 'reinventar' o mundo pela sua *politicização*, isto é, **equivocadamente tomar a totalidade social pela parte de seu aparato político-institucional**"[63]. As necessidades materiais básicas das massas as colocaram em movimento, e essas massas em movimento devido às necessidades elementares impuseram uma derrota, já de início, aos dispositivos jurídicos da ditadura militar que proibiam a greve; partindo das necessidades **econômicas** imediatas, a classe trabalhadora interviu **politicamente** no quadro nacional. Das movimentações operárias, populares, e estudantis de 1977 para o levante operário de 1978, houve uma mudança qualitativa na luta contra a ditadura militar. Na "Tese 3 [1978]" dos Cadernos Estratégia Revolucionária Brasil, lê-se:

> Começava lentamente a contagem regressiva da ditadura. O proletariado ainda não havia entrado em cena abertamente, o que ocorreria um ano depois, em 1978. A partir de então, com a irrupção do proletariado metalúrgico, configura-se uma

---

59 CHASIN, J. "As máquinas param, germina a democracia". In: **A miséria brasileira**: 1964-1994 – do golpe militar à crise social. Santo André (SP): Estudos e Edições Ad Hominem. 2000. pp. 79-108. Publicado originalmente na Revista Escrita/Ensaio n. 7, São Paulo: Escrita, 1980.

60 Idem, p. 80.

61 Idem, p. 81, itálico no original.

62 Idem, p. 83, grifos meus.

63 Idem, itálico no original, grifo meu.

> situação pré-revolucionária de tipo clássica, com os trabalhadores como força dirigente e referência dos setores populares. (…)
> Durante os anos 1978-1980, com as greves metalúrgicas massivas no ABC, em São Paulo e no interior paulista, ao lado da ampliação do ascenso popular e estudantil que já se mostrava com força desde pelo menos 1977, a situação política se desenvolveu em enfrentamento aberto com a ditadura militar. Durante as greves propriamente ditas, a dinâmica de enfrentamento direto com o governo e suas forças repressivas era muito clara.[64]

As necessidades elementares da classe trabalhadora em específico e da população em geral e a lógica do sistema apresentavam-se como uma contradição indissolúvel dentro do modo de organização da produção então vigente no país. A lógica do sistema, segundo Chasin, seria:

> **remunerar especialmente o capital financeiro internacional**, seus parceiros nacionais e reservar uma parcela para um segmento privilegiado das camadas médias; bem como obrigatoriamente implica também a **depressão salarial da massa trabalhadora**. (…) ***a forma atual da produção da riqueza é que causa a superexploração do trabalho***, isto é, a miséria das massas trabalhadoras.[65] (p. 85 – itálico do autor – grifos meus)

A greve iniciada na Scania em 12 de maio de 1978, e que se expandiu rapidamente por outras fábricas – transformando-se no "maior ciclo grevista do pós-64"[66] – foi motivada "fundamentalmente pela luta por aumentos salariais"[67]. De acordo com Ricardo Antunes,

> descontentes com o resultado de mais uma campanha salarial desfavorável, os operários da Scania desta vez não aceitaram o ritual imposto pela indústria automobilística que, além de não atender às reivindicações operárias, na época do dissídio, descontava as antecipações salariais feitas anteriormente. (…) Daí que a reivindicação básica – e que depois generalizou-se para o conjunto do operariado da indústria automobilística – era de 20% de aumento salarial. E foi essa reivindicação que motivou a paralisação, a 12 de maio, na Saab-Scania.[68]

---

64 "Tese 3 [1978]". In: **A classe operária na luta contra a Ditadura (1964-1980)**. Cadernos Estratégia Internacional – Brasil. São Paulo: Iskra, s/d., p. 60.
65 CHASIN, J. "As máquinas param, germina a democracia", p. 85 – itálico do autor, grifos meus.
66 ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalhado**, p. 20.
67 Idem.
68 Idem.

Recusando mais uma negativa da patronal, os operários, com a greve, dão um salto de qualidade em sua resistência: "as greves das massas trabalhadoras reencetaram o curso histórico do país"[69]. Ao não aceitar essa negativa, a ação dos operários "*foi a paralisia da produção, a inação do trabalho e a conseqüente inação do capital*"[70], tocando no ponto fundamental do regime. Não à toa, com a propagação do movimento grevista, que se generalizava pelo ABC e alcançava São Paulo e Osasco, "o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decidiu pela ilegalidade das greves"[71], o que não inibiu os trabalhadores, pois "(a) ação operária desconsiderava a lógica juridicista dos tribunais"[72]

O caráter espontaneísta das greves que expandiram-se em maio de 1978 é muito destacado pela bibliografia e pelos depoimentos que a respeito do tema. Ricardo Antunes afirma:

> A greve da Scania tinha sido uma engenhosidade da espontaneidade operária. Sem vislumbrar outra alternativa para a obtenção de suas reivindicações, os metalúrgicos buscaram, **através da sua experiência**, a opção que poderia reverter a negativa e a intransigência patronal. O próprio Sindicato operário (…) não houvera participado na preparação nem na deflagração do movimento da Scania, desconhecendo mesmo sua possibilidade iminente.[73]

Se por um lado a greve aconteceu "por fora" do Sindicato, que não a preparou e nem sabia de sua possibilidade, a tese da espontaneidade parece um pouco equivocada, na medida em que os metalúrgicos valeram-se de sua experiência para articulá-la, ou seja, contaram com a experiência de lutas anteriores e de um trabalho militante de conscientização política desenvolvido no interior das fábricas. Iram Jacome Rodrigues, citado na "Tese 3 [1978] dos Cadernos Estratégia Internacional – Brasil, defende a relatividade dessa espontaneidade:

> Em certo sentido foram espontâneas, mas, em alguma medida, foram fruto de todo o trabalho sistemático no interior das fábricas no período de resistência (1969/77), época em que muitas pequenas lutas foram travadas pelos trabalhadores dentro das empresas; vale dizer que essa irrupção dos trabalhadores no primeiro plano da cena política não se deu como um "raio no céu sereno".[74]

---

69 CHASIN, J. "As máquinas param, germina a democracia", p. 83.
70 ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalhado**, p. 21 – itálico no original.
71 Idem.
72 Idem.
73 ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalhado**, p. 22, grifo meu.
74 RODRIGUES, Iram Jacome apud "Tese 3 [1978]", p. 62.

É possível falar em espontaneidade relativa da greve na medida em que ela não foi preparada por uma direção consciente, mas existia sim um trabalho político que a antecedeu. Ricardo Antunes inclusive corrobora com este ponto de vista, ao afirmar que: "(e)sse movimento de massas, que a indústria automobilística viu eclodir, nos meses de maio e junho de 1978, pela sua dimensão, marcou o ressurgimento da ação reivindicatória grevista no Brasil **depois de uma década de resistência operária**"[75].

As alusões aos anos de resistência operária, à experiência da classe e de sua independência diante da direção sindical demonstram, dentro dessa espontaneidade relativa, a importância das comissões de fábrica nesse momento de ressurgimento da classe operária no cenário político nacional. Como destacam os Cadernos, "o processo grevista teve em seu início as comissões (grupos) de fábrica como protagonista central"[76]. E esse movimento recém-surgido, embora apresentasse diversas debilidades por consequência do caráter novo que assumia, encontrava sua força exatamente devido à sua construção pela base, por meio das comissões, e pela pauta clara de reivindicação. Como ressalta Antunes,

> o operariado metalúrgico fez da reivindicação salarial o eixo básico e central de toda luta travada na indústria automobilística. Ainda que outras reivindicações estivessem presentes nas greves, não se pode deixar de assinalar, sob o risco de perda do elemento fundante, que o eixo das greves de maio definia-se contra a superexploração do trabalho, *contra o arrocho* salarial.[77]

A luta travada no âmbito econômico, de caráter defensivo, apresentava, na medida em que se realizava, um ganho político, derrubando a lei antigreve e conquistando na própria greve o direito a ela. Ainda com Ricardo Antunes:

> (…) estas greves herdaram uma dimensão *defensiva*: ocorreram em situações de desfavorabilidade econômica, e visando à reposição de perdas salariais. Mas também, no confronto que realizaram com a política salarial da autocracia, apontaram uma tendência *ofensiva*, que se consolidou com a Greve Geral de 1979.[78]

---

75 ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalhado**, p. 26, grifo meu.
76 Tese 3 [1978], p. 62.
77 ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalhado**, p. 27, grifo meu.
78 Idem, p. 32 – itálico do autor.

Com o levante operário de 1978, construído à margem dos sindicatos oficiais e com uma reivindicação econômica clara, a autocracia viu o arrocho salarial, sustentáculo de sua política econômica, ser duramente atacado por uma força viva e vigorosa. A classe operária brasileira, única força social capaz de encabeçar a luta por democracia por essas terras, em sua luta pela sobrevivência deu uma firme resposta ao regime decadente e em decomposição, apontando para um horizonte democrático. Porém, a figura anacrônica da ditadura militar, na defesa dos interesses da débil burguesia brasileira, não entregaria os pontos. Assim, depois das mobilizações do período (1978-79), a contraposição fundamental no campo da disputa política brasileira está configurada:

> De um lado, como núcleo estruturante, o movimento das massas trabalhadoras perspectivam a supressão do arrocho, doutro, resistindo, pois constitui a pedra angular de seus interesses, permanece a ditadura, corroída pela autofagia do 'milagre', na defesa intransigente de seu sistema de superexploração do trabalho. **Choque, pois, que tem por centro a definição do fundamento de base da vida econômica nacional .**[79]

[79] CHASIN, J. "As máquinas param, germina a democracia", p. 101 – grifo meu.

2. A ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA INTERNACIONALISTA (OSI) NO COMBATE À DITADURA: ARROCHO, SINDICATOS, ELEIÇÕES E PARTIDO OPERÁRIO

2.1. A Organização Socialista Internacionalista (OSI)

A Organização Socialista Internacionalista (OSI) foi fundada em dezembro de 1976, período de reorganização da esquerda brasileira, a partir da unificação da Organização Marxista Brasileira com o Grupo Comunista 1º de Maio[80]. Sua conferência de fundação, realizada na cidade de Praia Grande, em São Paulo, contou com cerca de vinte delegados, que representavam aproximadamente cem militantes[81]. A unificação das duas correntes deu-se a partir da iniciativa do Comitê de Organização pela Reconstrução da IV Internacional (CORQUI), que a deliberou em reunião de seu Bureau Internacional realizada em Paris em dezembro de 1975[82].

No final dos anos 1970, a OSI teve grande influência no meio estudantil a partir da atuação da Liberdade e Luta (Libelu), sua corrente estudantil, que encabeçou a luta pela criação do DCE-Livre da USP na segunda metade da década de 1970 – que ocorreu em 1976 – e chegou a dirigir a entidade em 1978. A Libelu também teve um papel importante no processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)[83]. A Liberdade e Luta trazia como conteúdo político a necessidade da unificação das lutas do movimento estudantil com as do movimento operário, o que se refletia em sua palavra de ordem "aliança operário-estudantil"[84]. De acordo com Karepovs e Leal, "[o] apelo da OSI entre os jovens

---

80 De acordo com Dainis Karepovs e Murilo Leal, o Grupo Comunista 1º de Maio "se formara a partir de uma organização estudantil, criada em 1968, com participação de ex-militantes do Partido Operário Revolucionário (POR), como Fábio Munhoz e Otaviano de Fiori (...)", e "a Organização Marxista Brasileira formara-se em 1975, com a unificação de três agrupações: a Fração Bolchevique Trotskista, que se havia originado de uma ruptura com o POR posadista iniciada no Rio Grande do Sul, em abril de 1968, por iniciativa de Vito Letízia e Vera Lúcia Stringhini, o Grupo Outubro, fundado em 1970 em Paris, e a Organização pela Mobilização Operária (OMO), dissidência do Grupo Comunista 1º de Maio animada por Paulo Skromov, presidente do Sindicato dos Coureiros, e com base operária em São Paulo, no ABC. KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. "Os trotskistas no Brasil". In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (org.). **História do marxismo no Brasil – Partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2007, p. 161.

81 Idem.

82 O Comitê de Reconstrução pela Reorganização da IV Internacional (CORQUI) foi "formado em 1972 a partir do trabalho em comum da Organisation Communiste Internationaliste (OCI) francesa, dirigida por Pierre Lambert, da Política Obrera (PO) argentina, dirigida por Jorge Altamira, e do boliviano Partido Obrero Revolucionário (POR), dirigido por Guillermo Lora" (idem). Por Pierre Lambert ser seu dirigente mais importante, suas concepções teórico-programáticas são chamadas de "lambertismo", e àqueles grupos e correntes que as seguem chama-se "lambertistas". Sobre as Internacionais trotskistas e a relação das correntes brasileiras com elas, ver SILVA, Antonio Ozai da "Os Trotskistas e suas Internacionais". In: **História das Tendências no Brasil**, pp. 204-212.

83 Consolidação que se deu nos Congressos de Salvador em maio de 1978 (UNE) e de Curitiba em outubro de 1981 (UBES).

84 Sobre a Libelu, consultar o item 2.2.2. "Liberdade e Luta", pp. 115-119, em MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**, Tese de Doutorado em História Social apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da

pode ser atribuído, em parte, a sua campanha pelo voto nulo nas eleições de 1978 e à sua crítica radical à estrutura sindical oficial, com esforços para a formação de sindicatos livres"[85].

As posições da OSI, assim como as da Libelu, tiveram como porta-voz o jornal *O Trabalho*, que passou a circular, com seu n. 0, a partir de 1º de maio de 1978. *O Trabalho* viria substituir outras publicações da OSI, todas mimeografadas, como *O Batente* e *Jornal dos Trabalhadores*[86]. Segundo depoimento de Julio Turra, transcrito por Karepovs e Leal,

> Quando começam a ocorrer as primeiras greves operárias, decidimos lançar um jornal de verdade. O número zero saiu no 1º de Maio de 1978. Foi um golpe de sorte, mas correspondia a nossa apreciação de que era necessário um jornal para agrupar politicamente ao redor do jornal, dentro da tradição leninista de que o jornal é um organizador coletivo.[87]

Em seu n. 0, apresentando-se para o público leitor, *O Trabalho* reivindicava a tradição da imprensa operária[88] e denunciava a censura, que, não sendo uma "novidade" surgida após 1964, teria vindo "mais intensa, áspera e rígida" depois do golpe[89]. Afirmava ter nascido "contra os censores de todos os tipos", e ser "solidário à luta pela democracia que está em curso neste país"[90]. E conclui:

> Este é o primeiro passo que damos no árduo caminho que leva ao fim da censura nas artes e na própria vida. Este caminho vem sendo trilhado há muito pelos trabalhadores. A eles, a solidariedade de O TRABALHO. Com eles, nosso grito por LIBERDADE.[91]

Na tentativa de esclarecer de que modo a Organização Socialista Internacionalista colocava-se diante da luta contra a ditadura militar no ano de 1978, buscaremos, a partir da leitura de *O Trabalho* do período que vai de maio de 1978 a janeiro de 1979, discutir: sua posição no combate ao arrocho salarial; seu entendimento e sua tática para as eleições de 1978; e a concepção de partido por ela defendida.

Universidade de São Paulo e ao Centre d'Histoire Sociale du XXème Siècle de l'Université de Paris I, Panthéon Sorbonne, São Paulo-Paris, 2010.

85 KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. "Os trotskistas no Brasil", p. 160.

86 Idem.

87 Julio Turra, entrevista, São Paulo, 8 de julho de 2003, citado por Dainis; LEAL, Murilo. "Os trotskistas no Brasil", p. 160.

88 "Na história que os trabalhadores escrevem, os jornais quase sempre foram personagens Indispensáveis. No Brasil vem sendo assim desde o início do século nos períodos de democracia os sob as ditaduras mais negras, os trabalhadores nunca deixaram de circular a sua imprensa". "Apresentação", *O Trabalho* – n. 0, 1º de mai., 1978, p.2.

89 Idem.

90 Idem.

91 "Apresentação", *O Trabalho* – n. 0, 1 de mai., 1978, p. 2.

2.2. A Organização Socialista Internacionalista e o arrocho salarial

O ano de 1978, certamente, marcou uma "virada" no quadro político brasileiro. A crise do regime, que dava seus sinais até o ano anterior, passou a expressar-se então de modo mais contundente, principalmente no que dizia respeito a sua política econômica. E esse cenário foi assunto de *O Trabalho* em seu número de estreia:

> Alguns fatos ocorridos recentemente envolvendo lideranças sindicais, ministros e empresários, indicam que a crise do regime começa a atingir suas bases fundamentais de sustentação: **a política salarial, a lei de greve e a estrutura sindical oficial**, em cima das quais foi feito o crescimento econômico dos últimos anos.[92]

Como um sintoma dessa "virada", as oposições sindicais construíam um 1 de maio independente em Osasco, para se opor à festa dos pelegos, empresários e governantes. Algo inédito no Brasil desde 1968. De acordo com o "Editorial":

> Quinze oposições sindicais e movimentos de trabalhadores anunciam para o próximo 1º de maio, em Osasco, a realização de uma manifestação operária. Estão convocando todos aqueles que desejam se unir num grande esforça para conseguir **melhores salários, o direito de greve, anistia e liberdade de manifestação e organização** a todos os trabalhadores. Depois de 10 anos é a primeira vez que isso acontece.
>
> (…)
>
> Agora, em 1978, os trabalhadores vão se reunir no dia 1º de Maio para falar mais alto em **liberdade e democracia** – um anseio que é o de toda a nação brasileira.[93]

Como podemos notar, de acordo com a OSI, a luta por melhores salários, assim como a luta pelas liberdades organizativas da classe trabalhadora, não estava desvinculada do anseio "de toda a nação brasileira", que era por liberdade e democracia. A construção desse 1º de maio, assim, configurava-se como continuação das mobilizações iniciadas em 1977 pela reposição salarial dos índices de 1973[94], não se configurando como festa, mas como "uma manifestação de unidade, onde os

---

92 "Arrocho: ministros não resolvem a velha discussão", *O Trabalho*, n. 0, 1 mai., 1978, p. 3 (grifos meus).
93 "Editorial", *O Trabalho*, n. 0, 1 mai., 1978, p. 1 (grifos meus).
94 Idem.

trabalhadores se organizam para romper um silêncio sufocante"[95]. A mobilização dos trabalhadores em torno de suas reivindicações salariais, desse modo, teriam um significado mais amplo, na medida em que "o governo deu provas definitivas de suas dificuldades para realizar qualquer mudança mais séria na política salarial"[96], pois, segundo *O Trabalho*, "o fim do arrocho seria, ao mesmo tempo, o próprio fim de um regime que não permite a menor liberdade aos trabalhadores"[97].

O n. 1 de *O Trabalho* seria publicado em 30 de maio de 1978, ou seja, após as mobilizações operárias do ABC paulista iniciadas na Scania. Dando grande destaque ao levante dos trabalhadores, esse número de *O Trabalho* trazia, em sua página 1, em letras vermelhas os dizeres: "A Greve dos 70 mil". O "Editorial" diz:

> Para mostrar que as pressões, ameaças e toda espécie de violência não conseguem acabar com sua força, quase 70 mil operários entraram em greve no ABC – dando início a um movimento que já começa a se espalhar, rapidamente, por outras cidades mais próximas. Em pouco mais de dez dias, as greves colocaram em questão o edifício que o regime militar levou 14 anos para construir.
>
> Exigindo um aumento de 20% nos salários, sem qualquer desconto, os trabalhadores dão sua melhor resposta aos índices definidos pela política do arrocho salarial – onde o governo lhes reservou, pela miséria e pela força, o papel de criar a riqueza das empresas ao preço de salários muito baixos. (...)[98]

Esse trecho apresenta elementos importantes para compreendermos qual era a posição da OSI a respeito da política econômica do governo militar e da importância das mobilizações operárias naquele momento. Para a corrente trotskista, o caráter de classe da ditadura mostrava-se claro, na medida em que, em sua análise, associa o arrocho salarial – que garante os lucros das empresas em detrimento das condições de vida dos trabalhadores – à mão forte do governo. Os trabalhadores, reivindicando um reajuste acima daquele proposto pela política salarial, abalaram, em poucos dias, a estrutura do "edifício que o regime militar levou 14 anos para construir", mostrando-se como força social capaz combater a ditadura a partir de suas reivindicações salariais.

Em "Quem quer salvar o regime"[99], a OSI trazia uma discussão interessante e esclarecedora, na medida em que articulava a força das greves iniciadas em 12 de maio à crise no interior das

---

95 "Editorial", *O Trabalho*, n. 0, 1 mai., 1978, p. 1.
96 "Arrocho: ministros não resolvem a velha discussão", p. 3.
97 Idem.
98 "Editorial", *O Trabalho*, n. 1, 30 mai., 1978, p. 1.
99 "Quem quer salvar o regime?", *O Trabalho*, n. 1, 30 mai., 1978, p. 2.

forças armadas, à ruptura de setores do empresariado com o governo e ao despontar do nome do general Euler Bentes como alternativa da "oposição" para as eleições do final do ano, encarnando uma espécie de candidato dos "descontentes"[100]. De acordo com o artigo, a importância da greve também se manifestou na medida em que demarcou os lados, mostrou "quem é quem" na luta de classes. Os empresários, que um ano antes manifestavam seu descontentamento com a ditadura militar e falavam em democracia, com o estourar das greves prontamente colocaram-se contra elas, assumindo um posicionamento de classe e voltando a apoiar as medidas antidemocráticas – que na verdade nunca deixaram de apoiar – do governo que garantia a superexploração do trabalho. A perspectiva do trabalho é assumida pela OSI, na medida em que reconhece o ganho qualitativo da entrada da classe operária na cena política nacional e as dificuldades que essa nova conjuntura imporia à ditadura:

> Para espanto geral da nação, o firme passo dos trabalhadores mostrou uma força e uma ousadia inesperadas. É verdade que insatisfeitos todos estavam. Que os estudantes e uma grande parcela da juventude já havia mostrado a sua inquietude. Que os empresários há algum tempo vinham botando a boca no trombone. (…)
> A onda de greves já está mostrando não só quem é quem, como também qual é a **única força viva da sociedade**, ponto de referência para todas as intrigas, tramas e conspirações articuladas nos gabinetes civis e militares desse país.
> (…)
> Como é que um regime que só sabe se utilizar da força e da violência para manter o funcionamento da sociedade pode sobreviver diante de uma mudança de ânimo dos trabalhadores, diante de uma mudança de atitude depois de anos de arrocho?[101]

A capa do n. 2 de *O Trabalho*[102] traz a seguinte manchete: **Vitória: o arrocho começou a cair**. De acordo com seu editorial, mais de 80 mil trabalhadores entraram em greve ou fizeram pequenas paralisações no Grande ABC, em São Paulo e em Osasco no último período, e, por isso, as empresas tiveram que mudar de atitude em relação às reivindicações da classe trabalhadora. Segundo o jornal, embora em nenhuma fábrica se tenha conseguido os 20% exigidos, as vitórias expressavam-se nos importantes reajustes conquistados, na lei da greve que começava a cair, no fato de as empresas não descontarem os dias parados e nas negociações diretas que ocorreram, sem

---

100 "Euler Bentes aparece assim, 'dentro da lei e da ordem' (e por isso através do MDB), como candidato com sustentação nas Forças Armadas, no MDB, na Arena, entre empresários, enfim, como o candidato de todos os descontentes" ("Quem quer salvar o regime?", p. 2),

101 Idem (grifo meu).

102 "Editorial", *O Trabalho*, n. 2, 15 jun., 1978, p. 1.

intervenção da Delegacia Regional do Trabalho. Como saldo organizativo, as comissões de fábrica foram criadas em alguns lugares, e "[c]om elas, as bases garantem uma forma de levar avante suas reivindicações – coisa que a atual estrutura sindical não permite fazer"[103]. Diante das comissões, um dilema colocava-se para os atuais dirigentes sindicais: base ou legislação?

A partir do combate ao arrocho salarial e das greves que vieram à tona a partir de maio, uma outra questão importante aparece para o debate: a questão organizativa. Organizando oposições em diversos sindicatos de várias categorias – como por exemplo nos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo e de Belo Horizonte-Contagem, ou no Sindicato dos Bancários de São Paulo – a OSI criticava a estrutura sindical vigente, atrelada ao governo, herança dos sindicatos varguistas. De acordo com Ozai da Silva:

> Inicialmente, a OSI tem uma posição de participação no interior dos sindicatos e vê as oposições sindicais e comissões de fábricas como forma de sindicalismo paralelo. A partir de 1978, a OSI se caracterizará pela defesa intransigente da formação de "sindicatos livres", organização independente dos trabalhadores sem vínculo com a estrutura sindical vigente. Para a OSI, os sindicatos oficiais são verdadeiras camisas de força contra os trabalhadores, que servem como instrumento da classe dominante e como obstáculos às mobilizações e organizações operárias.[104]

Como aponta o autor, a OSI, nesse período, defendia a construção de sindicatos livres, partindo do entendimento de que a estrutura sindical então vigente era um real obstáculo para as lutas da classe trabalhadora. Porém, ao fazer essa defesa, a OSI não abandona de sua perspectiva a construção de oposições sindicais nem de comissões de fábrica, pois seria a partir do trabalho das primeiras e da independência organizativa que se chegaria, na concepção da OSI, nos sindicatos livres, construídos pela base.

Em "Em São Paulo, hora da oposição"[105], *O Trabalho* apresentou, por meio de entrevista com seus membros, a Chapa 3 (Oposição Sindical), que concorreria à eleição para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo de 1978. Como pontos do programa em destaque (palavras de ordem), a Chapa 3 trazia: Pela formação de comissões operárias nas fábricas!; Pelo direito de greve!; Contra o arrôcho salarial!; Por melhores condições de trabalho!; Pela liberdade sindical[106].

---

103 "Editorial", *O Trabalho*, n. 2, 15 jun., 1978, p. 1.
104 SILVA, Antonio Ozai da. **História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)**, p. 178.
105 "Em São Paulo, hora da oposição", *O Trabalho*, n. 2, 15 jun., 1978, pp. 4-5.
106 Idem.

A entrevista divide-se em 5 partes, que resolvemos apresentar esquematicamente aqui[107], na medida em que esclarece a concepção da OSI em relação à luta sindical no período:

1. As greves do ABC

Surgiram da longa experiência, do "trabalho de formiguinha"; essas lutas colocam a questão da quebra da estrutura sindical vigente, e não de sua "reformulação" – transformação dos sindicatos; o direito de greve se conquista como os trabalhadores do ABC fizeram – com a greve; desmoralização da lei antigreve (forte golpe na lei 4330); "só se vai quebrar a estrutura sindical, o arrocho, quando a classe operária tiver levantado realmente essa bandeira de luta".

2. As comissões de fábrica

As comissões de fábrica como meio para superar a estrutura sindical de caráter fascista; "O trabalho de fábrica está intimamente ligado com o trabalho dentro do sindicato para cumprir o objetivo dos trabalhadores".

3. A luta contra o Joaquim (NOTA sobre Joaquim)[108]

Denúncia de Joaquim, presidente do sindicato, interventor

4. Liberdade política

"A independência política é um grau mais elevado e exige um nível de consciência mais avançado por parte da classe operária (…) O que está na ordem do dia dos trabalhadores é a questão de melhores salários, melhores condições de vida, direito de greve, liberdade sindical, enfim, liberdades democráticas". Questão de um partido operário é abordada, e o partido socialista e a Convergência Socialista são negados como alternativa; o partido operário será organizado pelos próprios operários, a partir da luta dos operários.

5. A plataforma da Chapa 3

Jornal sindical, subsedes para ampliar a discussão (trabalho anterior às assembleias, programa que seja aquele da base (retomar a confiança no Sindicato), o que a categoria decide, a direção tem que assumir.

---

107 Resumo da entrevista apresentada em "Em São Paulo, hora da oposição", pp. 4-5.

108 Trata-se de Joaquim dos Santos Andrade, interventor, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo por 21 anos (de 1965 a 1986).

2.3. Eleições de 1978, MDB e construção do Partido Operário

Nas eleições de 1978, a Organização Socialista Internacionalista defendeu o voto nulo, articulando essa defesa à construção de um Partido Operário. Em junho desse ano, depois da ascensão operária com as greves de maio, *O Trabalho* pontuou em suas páginas os grandes indícios de falência do regime diante desse movimento, que contou com cerca de 150.000 trabalhadores em greve e teve origem nas reivindicações salariais. Segundo *O Trabalho*, "é certo que essas mobilizações estão encostando contra a parede toda a política econômica sustentada pelo arrocho, movimento que vem recusando, de fato, toda a autoridade da equipe governamental que, há pelo menos 14 anos, é quem determina os índices de aumento salarial no Brasil"[109]. As comissões de fábrica presentes nas últimas greves do período demonstravam o avanço organizativo em relação às primeiras, fazendo com que essas greves ocorressem "à margem das direções sindicais"[110]. Desse modo, o que se vislumbrava era a necessidade da classe trabalhadora "de colocar à frente de seus sindicatos direções dispostas a centralizar e organizar suas manifestações"[111], diante da omissão das direções atuais. Com o Ministério do Trabalho desmoralizado pelos grevistas e criticado pelos empresários, os trabalhadores "joga[m] o governo para escanteio, juntamente com suas leis"[112], forçando a patronal à negociação direta. A luta por melhores salários travada pelos operários do ABC, assim, expressava a luta do conjunto da sociedade brasileira contra o governo ditatorial, pois, "[n]a verdade, ao colocarem em questão o arrocho e a lei de greve, os trabalhadores expressaram seu movimento por democracia e condições dignas de vida"[113]. As reivindicações da população explorada mostravam-se incompatíveis com o regime ditatorial, que tinha em sua política econômica – em crise – seu pilar de sustentação[114]. Diante disso, a OSI, por meio de *O Trabalho*, defendia uma Assembleia Constituinte e Soberana e Anistia, a partir da análise de que as mobilizações do período impulsionavam outras parcelas da população.

Em defesa de uma Assembleia Constituinte Soberana, a OSI faz uma crítica à Frente de Redemocratização Nacional, encabeçada pelo general Euler, por Magalhães Pinto e Severo Gomes,

---

109 "Falência do regime", *O Trabalho* – n. 3, 20 jun.–5 jul., 1978, p. 4.
110 "A força da greve", *O Trabalho* – n. 3, 20 jun.–5 jul., 1978, pp. 4-5.
111 Idem.
112 Idem.
113 Idem.
114 Ver, entre outros, ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**. São Paulo/Campinas: Ensaio/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988. De acordo com Antunes, "o padrão de acumulação [imposto pela ditadura] tem na superexploração do trabalho um pilar decisivo, com conseqüências extremamente nefastas: ao mesmo tempo em que o arrocho salarial constitui-se num instrumento capaz de sustentar e impulsionar o 'modelo econômico', sua vigência traz como resultante o empobrecimento crescente das massas assalariadas e isso inclusive durante o auge expansionista" (ANTUNES, Ricardo, pp. 110-110).

e com a participação do MDB (aliança do MDB com "dissidentes" do regime)[115]. Como alternativa para o regime em crise, a proposta da Frente de Redemocratização Nacional seria uma Constituinte Outorgada, em oposição à luta dos trabalhadores. O movimento dos trabalhadores (apenas ele) seria capaz de "colocar democraticamente a necessidade de uma Assembléia Constituinte Soberana, que seja capaz de reordenar o país segundo a vontade de milhões e milhões de explorados e oprimidos"[116].

A impotência do governo diante das reivindicações dos trabalhadores volta a ser tema das páginas de *O Trabalho* em seu n. 4, quando aborda a mobilização dos trabalhadores da saúde. A partir do início de junho, cerca de 25.000 trabalhadores da saúde (médicos, residentes internos e funcionários) de vários estados entraram em greve, tendo como pauta melhores condições de trabalho e aumento salarial[117]. De acordo com a OSI, a exemplo da impotência já demonstrada quando os metalúrgicos do ABCD iniciaram movimento grevista, o governo prova mais uma vez que não consegue e não pode atender às reivindicações dos trabalhadores, ou seja, os impasses colocados pelo regime militar não podem por ele ser resolvidos. A centralidade da greve dos operários do ABC, que impulsionou outros setores a entrar na luta, e a relação da onda de mobilizações com a fragilidade do governo vêm expressas no próprio título do artigo "É a greve: e o regime começa a desmoronar"[118]. Segundo esse artigo, os "trabalhadores nos hospitais têm nos metalúrgicos uma sustentação de peso". O movimento dos operários do ABCD, "um dos mais amplos na história do movimento operário brasileiro", já abriu caminho para os médicos, funcionários, residentes, motoristas de ônibus, professores e outros, assim como abriu uma janela através da qual toda a sociedade brasileira começa a respirar"[119].

Se o governo militar estava a ponto de desmoronar, principalmente a partir do levante da classe trabalhadora, esse desmoronamento não iria ocorrer espontaneamente, e o regime, para sobreviver, tinha suas "armadilhas". Essas armadilhas são enumeradas em "As armadilhas do regime: reformas, frente, MDB..."[120]. Uma delas seriam as "falsas reformas" prometidas por Figueiredo, herdeiro direto de Geisel, que seriam insuficientes para suprir as demandas da classe trabalhadora em particular e do conjunto da população brasileira no geral, que têm, na realidade, em seu horizonte a classe dominante. Uma outra armadilha do regime denunciada por *O Trabalho* é a Frente Nacional de Redemocratização, fusão de emedebistas com arenistas e militares, que

115 "Euler ou Constituinte Soberana?", *O Trabalho* – n. 3, 20 jun.–5 jul., 1978, p. 4.
116 Idem.
117 "O regime militar pede socorro", *O Trabalho* – n. 4, 6 a 20 jul., 1978, p. 3.
118 "É a greve: e o regime começa a desmoronar", *O Trabalho* – n. 4, 6 a 20 jul., 1978, p. 3.
119 Idem.
120 "As armadilhas do regime: reformas, frente, MDB...", *O Trabalho* – n. 4, 6 a 20 jul., 1978, p. 3.

"consegue sobreviver em torno do MDB", por ele ser "um dos poucos instrumentos criados pela equipe militar que ainda mantém algum vínculo com os trabalhadores"[121]. Porém, como as greves demonstravam, os trabalhadores estavam derrubando o arrocho salarial sem o MDB, partido do regime. Daí a necessidade da construção de um Partido Operário, como expressão da independência da classe trabalhadora: Nem Arena nem MDB, mas Partido Operário[122].

Na edição de 21 de julho, *O Trabalho* traz o artigo "Figueiredo, Euler ou a Constituinte Soberana?"[123], que discute perspectivas para a próxima eleição e argumenta que o MDB, assim como a ARENA, é produto do golpe de 1964, não podendo, assim, representar qualquer possibilidade de avanço no que diz respeito ao fim da ditadura militar. Figueiredo e Euler[124], ambos generais, são, de acordo com o jornal, "farinha do mesmo saco, (…) se entendem muito bem. Eles participam do mesmo jogo, segundo as regras que eles próprios criaram, e que, certamente, pretendem defender até o fim"[125]. A respeito do MDB, *O Trabalho* afirma:

> Muitos candidatos de hoje acreditam que a democracia pode vir do interior do próprio regime instituído em 1964. Chegam até mesmo a afirmar que, após 1974, o MDB se tornou um Partido Popular. Isto é, sem querer ver que a situação é que mudou, apresentando o MDB hoje com uma NATUREZA DIFERENTE da sua criação. Hoje "ele é do povo" afirmam; (…)[126]

Para a OSI, analisar e demonstrar o verdadeiro caráter do MDB, partido fundado após o golpe de 1964 para cumprir a função de "oposição" em um sistema bipartidário, apresenta-se como questão fundamental, na medida em que setores democráticos e mesmo setores que atuaram ativamente em prol do regime militar defendem a possibilidade de derrubar o regime a partir do combate travado no interior do MDB, partido criado pelo regime. Assim, "consciente ou inconscientemente, acaba por se esconder a verdadeira questão: será que desse regime é capaz de jorrar mesmo um tênue fio de esperança de um presente e futuro melhor?"[127]. Mas "[o]s trabalhadores parecem responder a essa pergunta com uma simples palavra: NÃO. E, ao responder, eles dão sinal de vida, um sinal de mudança, o único sinal que aponta para uma sociedade justa, sem exploração"[128].

---

121 "As armadilhas do regime: reformas, frente, MDB...", *O Trabalho* – n. 4, 6 a 20 jul., 1978, p. 3.
122 "Dependência sindical pede dependência política", *O Trabalho* – n. 4, 6 a 20 jul., 1978, p. 3.
123 "Figueiredo, Euler ou a Constituinte Soberana?", *O Trabalho* – n. 5, 21 jul.–5 ago., 1978, p. 6.
124 Sobre a disputa eleitoral entre os generais João Figueiredo e Euler Bentes, ver os capítulos "A campanha do regresso" (99. 237-254) e "O jogo da tensão" (413-429) de GASPARI, Elio. A Ditadura Encurralada. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
125 "Figueiredo, Euler ou a Constituinte Soberana?", *O Trabalho* – n. 5, 21 jul.–5 ago., 1978, p. 6.
126 Idem.
127 Idem.
128 Idem.

A posição assumida pela OSI, nesse momento, é de defesa da autonomia da classe operária, opondo a força das lutas que estão sendo travadas à via institucional, ao jogo da ditadura:

> Os trabalhadores brasileiros não desejam modificar um regime para cuja implantação não foram consultados. (…) A única resposta que os trabalhadores podem dar diante da atual situação é que esse regime encontre seu fim, com tudo aquilo que criou.[129]

O n. 7 de *O Trabalho* (de 15 a 20 de agosto) trouxe, no artigo "Que os dois partidos se consolidem" (Geisel)[130], uma discussão – a partir das palavras de Geisel[131] – a respeito do caráter de sustentáculo do regime que têm ARENA e MDB. Segundo o jornal, "MDB e ARENA, agrupamentos artificiais, criados por decreto presidencial, foram os instrumentos concebidos pelos militares para chegar até os trabalhadores, para 'ouvi-los', para 'sentir' seus anseios". A partir de maio de 1978, "o arrocho salarial começou a cair, as Comissões de Fábrica começaram a se organizar, a censura não concegue (sic) se manter e até mesmo o direito de greve começou a ser exercido"[132]. Isso tudo é fruto da luta dos trabalhadores, e não graças ao MDB ou à ARENA. MDB e ARENA apresentam-se como partidos marionetes do regime militar; assim, cada vez mais clara se apresenta a necessidade da construção de um Partido Operário.

Em "Polêmica: Fernando Henrique, o polivalente"[133], o jornal anunciou que iria trazer, a partir deste número, debates que iriam até 15 de novembro sobre as eleições. Esse artigo gira em torno da discussão da plataforma política do professor Fernando Henrique Cardoso, candidato do MDB paulista para o Senado:

> Embora seja um tanto eclético em suas opiniões e análises da situação política nacional, a participação nas eleições de 15 de novembro pelo MDB parece ser a consequência natural das ideias que ele costuma defender. Que ideias são essas?[134]

---

129 "Figueiredo, Euler ou a Constituinte Soberana?", *O Trabalho* – n. 5, 21 jul.–5 ago., 1978, p. 6.

130 "'Que os dois partidos se consolidem' (Geisel)", *O Trabalho* – n. 7, 15 a 20 de ago., 1978, p. 4.

131 O *Trabalho* apresenta entre aspas, no início desse artigo, o seguinte trecho, atribuído ao general Ernesto Geisel, Folha de São Paulo, set/1976: "ARENA e MDB constituem a base do nosso sistema político. Por isso é que o meu engajamento na campanha política deve ser encarada (sic) como uma colaboração ao processo de fortalecimento das instituições políticas brasileiras." De acordo com *O Trabalho*, "[c]om essas palavras, o general Geisel definia sua participação na campanha eleitoral de 1976". O trecho utilizado como título do artigo seria um recorte do que disse o general presidente à mesma Folha de São Paulo "recentemente": "no regime democrático, uma Oposição viva e atuante é indispensável. O que queremos é que os dois partidos – ARENA e MDB – se consolidem." (Idem).

132 "'Que os dois partidos se consolidem' (Geisel)", *O Trabalho* – n. 7, 15 a 20 de ago., 1978, p. 4.

133 "Polêmica: Fernando Henrique, o polivalente", *O Trabalho* – n. 7, 15 a 20 de ago., 1978, p. 4.

134 Idem.

Pois bem, essas ideias apareciam, segundo *O Trabalho*, no boletim de campanha de Fernando Henrique, "Democracia para mudar". De acordo com o boletim de campanha, quem iniciou a luta pela redemocratização do país não foram os trabalhadores nem qualquer movimento popular, mas sim Ulysses Guimarães, presidente do MDB, em 1973. Para Fernando Henrique, apenas a partir de uma negociação com os militares é que se pode resolver a crise do regime; desse modo, confirma a ideia de que aos trabalhadores não se atribui papel importante, muito menos decisivo, na vida política do país. De acordo com *O Trabalho*, assim, o discurso de Fernando Henrique assemelhava-se ao discurso dos membros da classe dominante "recém-convertidos em democratas": a classe dominante tentava reformar suas instituições, diante da crise do regime e do ascenso da classe trabalhadora; e Fernando Henrique, com seu programa, tentava cumprir esse papel. "Pelo seu programa e pelo seu partido, Fernando Henrique mostra claramente que está se alinhando com as frações do atual regime político."[135] Aqui, mais uma vez, é possível notar as linhas gerais do programa da OSI para as eleições de 1978. Denunciando o papel do MDB dentro do regime – oposição em um sistema bipartidário e antidemocrático –, inclusive polemizando com o boletim de campanha de Fernando Henrique Cardoso – que apresentaria, de acordo com a OSI, um programa elitista, ignorando a centralidade da classe trabalhadora no processo de lutas contra a ditadura militar –, *O Trabalho* buscou trazer às claras a farsa eleitoral e questionar a eficácia da luta institucional para a derrubada do regime decadente, que se valia de seus próprios partidos (Arena e MDB), também decadentes[136], para manter-se de pé em meio ao ascenso operário no cenário da política nacional. A preocupação em denunciar o caráter antioperário do MDB residia na ilusão que muitos setores da esquerda e da própria classe trabalhadora sustentavam em relação ao caráter progressista assumido por esse partido nos últimos anos: "[a]pós uma das maiores ondas grevistas, os autênticos continuam a acenar com a participação nesse Congresso vazio, sem poder, através desses partidos fantoches"[137]. A resposta a esses impasses residia na afirmação da independência dos trabalhadores, tendo como norte a construção de um Partido Operário, como expressão do processo de lutas desencadeado pela classe a partir das greves de maio de 1978.

Em seu n. 10, *O Trabalho* entrevistou Geraldinho, candidato popular do MDB[138]. Geraldinho apresentava um programa com as seguintes pautas: "desmantelamento do aparato repressivo, anistia ampla e irrestrita, partido dos trabalhadores e até a palavra de ordem 'governo

---

135 "Polêmica: Fernando Henrique, o polivalente", *O Trabalho* – n. 7, 15 a 20 de ago., 1978, p. 4.

136 "os dois partidos, tanto a Arena como o MDB, possuem um currículo extremamente desmoralizador, o que sustenta, de antemão, uma desconfiança do público eleitor." "Hoje tem espetáculo", *O Trabalho* – n. 10, 25 set.–10 out., 1978, p. 5.

137 Idem.

138 "No malabarismo, a atração é Geraldinho", *O Trabalho* – n. 10, 25 set.–10 out., 1978, pp. 4-5.

dos trabalhadores'"[139]. Além de um programa considerado avançado, o candidato contava com o apoio de estudantes e de diversos grupos de trabalhadores de Osasco e de alguns bairros da capital. Porém, de acordo com *O Trabalho*, essa candidatura (como de outros candidatos populares, autênticos, socialistas etc. pelo MDB) colocava como questão fundamental a defesa da independência de classe feita no bojo de um partido da ordem, o MDB. Ao levantar um programa dos trabalhadores dentro do MDB, recusava-se o princípio de independência de classe, trazendo a classe trabalhadora para a disputa do Congresso, formado por fantoches e dois partidos fantoches. Para Geraldinho, "[a]s eleições podem ser utilizadas para combater a tendência corporativista e unificar a discussão política mais geral. Nós estamos combinando a campanha eleitoral com o incentivo às organizações independentes"[140]. Já *O Trabalho* trazia uma posição contrária, defendendo uma ruptura radical com as instituições do regime: "(...) lutar por um partido operário, hoje, seria levar até as últimas consequências aquilo que o movimento operário coloca isto é, uma recusa do regime e de tudo aquilo que ele construiu"[141].

No número seguinte de *O Trabalho*[142], a Organização Socialista Internacionalista avançava em seu programa e na discussão acerca da intervenção nas próximas eleições. Em seu editorial, denunciava a farsa das eleições, que contam com a Arena, o MDB e seus generais:

> Dia 15 de outubro um general será escolhido para ocupar o posto presidencial. Montado de acordo com finas regras de decadência, o próximo espetáculo só permitirá o ingresso de um público selecionado. Os brilhantes personagens – ARENA e MDB – são extremamente bem dirigidos por um general Figueiredo, e por um general Euler, respectivamente.
>
> Para quebrar a monotonia da simples representação, darão também o ar de sua graça, no interior dos partidos oficiais, aqueles que 'hostilizam' as eleições indiretas, ou então até mesmo aqueles que dizem estar contra os dois generais candidatos. Geralmente esses papéis mais difíceis são muitas vezes os mais tristes, e cabem ora aos arenistas ora aos emedebistas, ora aos 'autênticos', a candidatos 'populares do MDB', a alguns impopulares da ARENA, ora aos socialistas e aos 'operários'. Porém, apesar de tristes, esses papéis são executados com rara eficácia, acabando por constituir um elenco de estrelas capaz de rechear e dar vida nova ao teatro agonizante: o teatro do regime militar, com seus partidos, seus sindicatos, seu Parlamento.[143]

---

139 "No malabarismo, a atração é Geraldinho", *O Trabalho* – n. 10, 25 set.–10 out., 1978, pp. 4-5.
140 Idem.
141 Idem.
142 *O Trabalho* – n. 11, 10 a 25 de out., 1978.
143 "Editorial", *O Trabalho* – n. 11, 10 a 25 de out., 1978, p. 1.

Nesse longo trecho transcrito, nota-se o tom de ironia utilizado no editorial para tratar não apenas a ditadura e seus partidos, mas também aqueles que se diziam contrários ao regime e não romperam com sua estrutura, disputando as eleições pelo MDB, partido de "oposição" encabeçado pelo general Euler. Segundo a OSI, esse papel, no qual a independência de classe e o repúdio à ditadura apareciam apenas na radicalidade do discurso – discurso esse que muitas vezes nem era tão radical assim –, era cumprido – deixando de lado os "impopulares da ARENA" – pelos candidatos chamados autênticos, populares, por socialistas e candidatos "operários", que engrossavam as fileiras do MDB nas eleições. Para a classe trabalhadora, porém, a questão que se colocava era outra, fora dos marcos institucionais do regime militar:

> Contra a politicagem de bastidores, os trabalhadores preparam o terreno para sua democracia, para o fim do arrocho salarial e para as eleições livres, em que possam participar com seus partidos e escolher livremente seus representantes. Contra as promessas de uma vida digna, os trabalhadores combatem por ela, sem representações baratas.[144]

Além desse importante editorial, no qual há a denúncia do regime, da oposição que a ele capitula e uma proposta clara para o desenvolvimento das lutas, a primeira página do n. 11 de *O Trabalho* também trazia a palavra de ordem "Nem ARENA, nem MDB – vote nulo por um Partido Operário", além de um chamado para a construção do Comitê de Trabalhadores pelo Voto Nulo[145].

O Comitê de Trabalhadores pelo Voto Nulo foi fundado no dia 8 de outubro, quando cerca de 200 pessoas das mais diversas categorias – metalúrgicos de São Paulo, Osasco, ABC e Campinas, construção civil, bancários, eletricitários, funcionários, gráficos, jornalistas, professores da Grande São Paulo e Interior, médicos, arquitetos e outras categorias[146] – reuniram-se e deliberaram sua fundação, para a realização de uma "campanha pública contra a farsa eleitoral"[147]. Sua palavra de ordem: "Nem Arena nem MDB, Partido Operário". Essa palavra de ordem tinha como ponto de partida a concepção de que "somente através da organização independente é que os trabalhadores conseguirão suas reivindicações"[148]. Como afirmou um de seus membros, "é preciso negar, desde agora, as opções que atrelam, na prática, o movimento crescente dos trabalhadores a uma perspectiva que não é a sua, tenha ela o rótulo que tiver: 'socialistas', 'populares' 'ou

144 "Editorial", *O Trabalho* – n. 11, 10 a 25 de out., 1978, p. 1.
145 Idem.
146 "Surgiu o Comitê pelo Voto Nulo", *O Trabalho* – n. 11, 10 a 25 de out., 1978, p. 3.
147 Idem.
148 Idem.

operárias'"[149]. Considerando a defesa do voto nulo uma posição classista, o Comitê entendia que essa posição era condizente com a conjuntura da época, momento em que "o regime dá mostras de falência total, enquanto os trabalhadores criam organismos independentes para dirigir suas lutas, como as comissões de fábrica e o Comando Geral dos professores"[150]. Nesse contexto de ascenso operário, surge a necessidade da construção de seu próprio partido, fruto da luta e afirmando a independência da classe trabalhadora.

O n. 11 de *O Trabalho* trouxe também "A nota do Comitê"[151], que iniciava expondo a centralidade dos trabalhadores na política nacional a partir das greves de maio. De acordo com a nota, suas reivindicações, sobretudo salariais, avançavam no sentido de superação do sindicalismo vigente, "rumo a uma Central Sindical Nacional, organizada pela base, através de comissões de fábrica, independente do Ministério do Trabalho"[152]. O processo de lutas no plano sindical, que não surgiu com as greves de maio, mas "já vem de longe", avançava para o plano político. Assim, a questão fundamental para o momento era caminhar em direção à organização independente dos trabalhadores, visando, como sentido último, sua completa emancipação, "rumo a um governo dos trabalhadores da cidade e do campo"[153].

Para isso, o caminho seria a construção do Partido Operário. Com a ditadura em crise, um movimento consequente deveria trabalhar para unir trabalhadores contra patrões e seu governo, articulando uma Central sindical e um partido independente, negando Arena e MDB como instrumento de luta e possibilidade de mudanças. De acordo com a nota do Comitê:

> Um partido operário se constrói com base nos organismos de luta que a própria classe operária está criando, que são as comissões de fábrica, oposições sindicais e comissões de moradores.
>
> Um partido operário não se cria dentro de um saco de gatos controlado pelos patrões, como é o MDB. Nem se cria num parlamento inútil e censurado, sem nenhum poder, como é o Congresso Nacional.[154]

Tendo no horizonte de lutas a construção de uma Central sindical e de um Partido Operário, independentes do governo e dos patrões, a OSI, por meio do Comitê de Trabalhadores pelo Voto Nulo, via nas eleições do ano de 1978 um momento importante para afirmar a independência de

149 "Surgiu o Comitê pelo Voto Nulo", *O Trabalho* – n. 11, 10 a 25 de out., 1978, p. 3.
150 Idem.
151 "A nota do Comitê", *O Trabalho* – n. 11, 10 a 25 de out., 1978, p. 3.
152 Idem.
153 Idem.
154 "A nota do Comitê", *O Trabalho* – n. 11, 10 a 25 de out., 1978, p. 3.

classe, aprofundando a crítica ao regime e seus partidos, dialogando com setores dos trabalhadores que sustentavam ilusões em candidaturas democráticas de seus "representantes"[155] no seio do MDB. O voto nulo, assim, seria a expressão dessa perspectiva classista, na medida em que sua defesa significava assumir uma posição independente nas urnas: "Nas próximas eleições os trabalhadores devem rejeitar a Ditadura Militar, a exploração e a miséria. Rejeitar a Arena e o MDB, partidos da burguesia. Isto é, ANULAR O VOTO"[156].

A vitória de Figueiredo contra Euler na disputa pela presidência da República no Colégio Eleitoral (355 votos do primeiro contra 266 do segundo) no dia 15 de outubro, de acordo com *O Trabalho*, apenas referendou a escolha de Geisel para a sua sucessão[157]. Após o resultado, os setores que apoiavam a eleição de Euler teriam se calado, à espera de 15 de novembro, para que "a vontade do povo se expresse nas eleições"[158]: "Apesar de criticarem o regime, o parlamento, os partidos acabaram por se dobrar à vontade de Geisel. Não interessa se aguardam novas oportunidades para fazer valer seus planos (golpistas ou não). O que importa é a sua espera"[159].

Apesar do "silêncio dos descontentes", que apenas aguardam, a declaração de Figueiredo para a *Folha* em 16/10 demonstrava sua preocupação em "manter de pé" as instituições do regime, expressando uma fragmentação dentro dos próprios círculos militares[160]. E de acordo com a análise de *O Trabalho*, essa fragmentação da direita "alimenta e é alimentada pelo movimento dos trabalhadores"[161]. O vigor assumido pelas lutas da classe operária foi o responsável pela instalação "de fato na vida nacional [de] um envolvente **espírito de camaleão**, em que os políticos mudam de cor assim que mudam as circunstância. E as circunstâncias hoje mudam rapidamente"[162]. Desse modo, aqueles que outrora eram fascistas convictos passaram a ser "liberais", pelegos estão "radicalizando", e assim por diante. A necessidade de que se abram novos caminhos para a classe trabalhadora expressa-se, assim, devido à força de seu próprio movimento, que passava a expor a fragilidade do regime e dos defensores da velha ordem. E diante da crise não faltavam aqueles que

---

155 Utilizei "representantes" entre aspas porque, embora houvesse quadros oriundos da própria classe operária entre os candidatos emedebistas, havia aqueles que se diziam ao lado da classe de modo oportunista, que não visavam à derrubada da ditadura e menos ainda à emancipação da classe trabalhadora.

156 "A nota do Comitê", *O Trabalho* – n. 11, 10 a 25 de out., 1978, p. 3.

157 "Editorial – O arco-íris Nacional", *O Trabalho* – n. 12, 26 out.–7 nov., 1978, p. 4.

158 Idem.

159 Idem.

160 "A fragmentação das Forças Armadas é evidente aos olhos do país. Do Movimento Nacionalista dos Coronéis ao Movimento Revolucionário Democrático, da Centelha Nacionalista ao pasquim Bússula Quebrada, existem inúmeras posições de crítica ao regime, que expressam, direta ou indiretamente, o descontentamento geral da população brasileira. Os ataques à equipe palaciana de Geisel atingem, portanto, de forma ácida ou doce, os espaços mais secretos da nação, a espinha dorsal que sustenta o regime: As FFAA." ("Editorial – O arco-íris Nacional", *O Trabalho* – n. 12, 26 out.–7 nov., 1978, p. 4.)

161 Idem.

162 Idem, grifo no original.

falavam "em fim de Arena e do MDB", mas "poucos têm a ousadia de negá-los"[163]. A discussão acerca da criação de novos partidos – "um partido trabalhista, social-democrata, democrata-cristão, nacionalista e, até mesmo, socialista"[164] – vinha à tona, inclusive com promessas do general Golbery a respeito de um novo PTB, ou com uma proposta mais "radical", de construção de um Partido dos Trabalhadores, o que, para a OSI, se fazia inócuo, visto que essa construção era proposta a partir do MDB. Os trabalhadores apenas olharam as eleições do dia 15/10, e 42 milhões iriam votar em 15/11 (mas milhões não votariam). Porém, de acordo com a posição assumida por *O Trabalho*, essas eleições de 15/11 deviam ser desmistificadas e denunciadas, diante da inoperância dos partidos do regime a partir da nova conjuntura: "os dois partidos – Arena e MDB – são farinha do mesmo saco. O saco da ditadura militar. Que os trabalhadores estão chutando cada vez mais longe"[165].

Como podemos notar, a OSI adotou uma linha de radical negação dos partidos do regime e, por consequência, das eleições de 1978. Esse posicionamento fez-se importante pois, além do diálogo travado com setores dos trabalhadores que tinham acesso a *O Trabalho* ou ao Comitê dos Trabalhadores pelo Voto Nulo (Comitês que, de acordo com o jornal, espalhavam-se por setores e no território nacional), trouxe para o debate aqueles que defendiam votos nos candidatos populares do MDB:

> Nossa campanha deslocou o eixo da maioria dos debates realizados na periferia, nas escolas e em entidades, com os candidatos populares ou socialistas. Agora, não ficam discutindo em qual setor do MDB votar, mas são obrigados a defender o MDB como um todo, para se contrapor ao voto nulo.[166]

No artigo "O Congresso de Geisel pode servir aos trabalhadores?"[167], *O Trabalho* denunciava a extrema rigidez das instituições do regime militar, e mais uma vez criticava o posicionamento daqueles que defendiam o voto no MDB para as eleições: "Todos os que chamam a votar no MDB (e nem precisa dizer, na Arena) confundem os trabalhadores em questões vitais para sua independência"[168]. Assim, a posição de Fernando Henrique Cardoso, de Alberto Goldman[169],

---

163 "Editorial – O arco-íris Nacional", *O Trabalho* – n. 12, 26 out.–7 nov., 1978, p. 4.
164 "Editorial – O arco-íris Nacional", *O Trabalho* – n. 12, 26 out.–7 nov., 1978, p. 4.
165 Idem.
166 "Voto Nulo. A questão que empolga os debates", *O Trabalho* – n. 12, 26 out.–7 nov., 1978, p. 4.
167 "O Congresso de Geisel pode servir aos trabalhadores?", *O Trabalho* – n. 12, 26 out.–7 nov., 1978, pp. 4-5.
168 Idem.
169 Para Fernando Henrique: "O MDB é um movimento que está articulado com o propósito de restaurar a democracia no Brasil (…) Não ignoro que exista gente fingindo que é do MDB só para ganhar voto. É gente que temos que expelir do partido, porque não corresponde ao nosso ponto de vista." (Fernando Henrique Cardoso para *Movimento*, 11/09, citado em "O Congresso de Geisel pode servir aos trabalhadores?", *O Trabalho* – n. 12, 26 out.–7 nov., 1978, p. 4). Segundo Alberto Goldman: "As eleições servem para que você ajude a colocar na

entre outros, que apontava para o MDB como alternativa, como foco de luta de toda a população – inclusive da classe trabalhadora – contra a ditadura era considerada equivocada. As posições críticas ao voto nulo[170] – defendia *O Trabalho* – expressavam uma ilusão no parlamento e ignoravam a força da classe operária, demonstrada sobretudo nas greves a partir de maio. Desse modo, notava-se que a maioria dos candidatos populares criticava o MDB mas mantinha ilusão em relação ao parlamento, que na prática não "apita". Para a OSI, não é equivocado o ponto de vista de que os trabalhadores devem participar no parlamento, mas isso deve se dar a partir de seu próprio partido político, afirmando a independência de classe, e não por meio dos partidos da ditadura. E o voto nulo, assim, reforçava essa posição classista, negando os dois partidos da ordem, e apontando a perspectiva para a criação de um Partido Operário.

Ainda no mesmo número, *O Trabalho* trouxe um breve histórico do MDB[171], necessário para que se deixasse mais claros os seus limites no que diz respeito ao combate à ditadura. Tendo surgido juntamente com a Arena em outubro de 1965, após Castelo Branco cassar seis congressistas e fechar o Parlamento, o MDB – assim como a Arena – deveria funcionar "com atribuições de partido político, enquanto esses não se constituírem"[172]. Assim,

> (a)o acabar com os partidos existentes antes de 1964, a ditadura partia da constatação da falência total dos políticos tradicionais da classe dominante para conter o movimento dos trabalhadores. O regime militar passa, então, a criar as suas próprias instituições, o seu Congresso, o seu judiciário, a sua "oposição".[173]

Sendo criado pelo regime, o MDB tinha um campo de atuação muito limitado, cumprindo apenas formalmente o papel de oposição. Ao ignorarmos sua história, e acreditando em alguns de seus candidatos, o partido seria "uma abstração, um fantasma amorfo onde cabem 'socialistas' e

---

Assembléia, na Câmara e no Senado gente que vai dar força para as reivindicações populares, e denunciar as leis que o governo faz contra o povo." (Panfleto intitulado "MDB – uma vitória do povo", citado Idem).

170 Fernando Henrique sobre o voto nulo: "Existe um pequeno grupo que não entendeu que a pregação do voto nulo só serve para reforçar as forças mais reacionárias. É preciso entender que para dar um passo adiante tem que ir junto com o povo. E o povo está identificando quem é que está junto dele. E vai votar maciçamente no MDB. Quem defende o voto nulo, ao invés de esclarecer, confunde; fica com um apito na boca para apitar sua falta o tempo todo, sem jogar." (*Movimento*, 11/09, citado Idem).

171 "O MDB, uma oposição a favor", *O Trabalho* – n. 12, 26 out.–7 nov., 1978, p. 5.

172 O Ato Complementar n. 4, citado por "O MDB, uma oposição a favor", *O Trabalho* – n. 12, 26 out.–7 nov., 1978, p. 5, dizia em seu artigo 1: "Art. 1º Aos membros efetivos do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores, caberá a iniciativa de promover a criação, dentro do prazo de 45 dias, de organizações que terão, nos têrmos do presente Ato, atribuições de partidos políticos enquanto êstes não se constituírem. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=116094>. Acesso em: 09/07/2014.

173 "O MDB, uma oposição a favor", *O Trabalho* – n. 12, 26 out.–7 nov., 1978, p. 5.

latifundiários (…), 'populares' e golpistas de 64 (…), 'operários' e corruptos de altos quilates"[174]. Se o MDB era apenas uma oposição formal ao regime, qual seria a sua razão de ser? Uma ditadura não fecharia todas as vias oposicionistas, não formaria um partido único? De acordo com a análise da OSI, o MDB foi criado justamente para canalizar as insatisfações das massas, já que, quando o regime militar instaurou-se após o golpe de 1964, "não se enfrentou diretamente com os trabalhadores, não destruiu o seu movimento de maneira total"[175]. O MDB, assim, seria uma espécie de "porta de entrada" para as insatisfações populares na política institucional, ao mesmo tempo em que seria um entrave, um obstáculo para a organização independente da classe trabalhadora em suas lutas. Essa dupla função, vislumbrada no momento de sua concepção e cumprida ao longo de sua história, não poderia ser superada a partir de uma luta política em seu interior: "(é) essa história que determina o que o MDB pode e não pode ser, e não as cândidas boas intenções de tal ou qual candidato"[176]. Em entrevista nesse mesmo número de *O Trabalho*, Claudionor Alves de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Bauru, declara: "Criados artificialmente em 1964, esses dois partidos jamais se empenharam em lutar pela causa dos trabalhadores, e este é um dos motivos que fazem com que a classe se encontre na situação em que está. (…) A criação de uma Central Geral dos Trabalhadores seria uma das principais lutas a serem travadas", transformando os sindicatos "em instrumentos de defesa da classe trabalhadora"[177]. Os esforços, desse modo, deveriam caminhar em direção à ampliação do espaço político para uma completa reorganização sindical e liberdade para criação de novos partidos políticos.

Entre o n. 12 e o n. 13 de *O Trabalho* – esse o último antes das eleições de 15 de novembro[178] –, estourou a greve dos metalúrgicos de São Paulo, que reivindicava 70% de aumento e chegou a parar cerca de 350.000 trabalhadores, passando por cima da burocracia sindical[179]. O acordo estabelecido pela direção do sindicato, contrário à vontade da maioria da categoria, que culminou com o fim da mobilização, "tornou mais clara a situação política"[180]. Para *O Trabalho*, a greve dos 350.000 metalúrgicos de São Paulo, "traída pelo pelego Joaquim", demonstrou, a partir da experiência da luta, uma divisão em dois polos: de um lado, estaria a defesa de reformas no atual sindicato e o voto no MDB; de outro, a construção de um novo sindicato e de um Partido Operário. Se ao longo da mobilização dos metalúrgicos de São Paulo pôde ser vista a oposição entre aqueles que defendiam a necessidade de derrubar a estrutura sindical vigente, de tipo fascista, para a

174 "O MDB, uma oposição a favor", *O Trabalho* – n. 12, 26 out.–7 nov., 1978, p. 5.
175 Idem.
176 Idem.
177 Idem.
178 *O Trabalho*, n. 13, 7 a 20 nov., 1978 –.
179 Sobre a greve ver edição extra de *O Trabalho*, 31 de outubro de 1978.
180 "Editorial", *O Trabalho*, n. 13, 7 a 20 nov., 1978, p. 1.

construção de um sindicato livre e democrático, e os que defendiam a democratização dos sindicatos oficiais, tirando os pelegos de suas direções, o que se via em relação às eleições era uma questão parecida: "O povo trabalhador quer acabar com esse regime, seu Congresso e seus partidos. Mas tem muita gente que está preocupada em achar 'brechas' no MDB"[181]. Desse modo, concluía O Trabalho que, enquanto aqueles que vacilavam diante da necessidade da derrubada do sindicato de tipo fascista colaboravam direta ou indiretamente com o sindicato atrelado ao governo e com suas direções pelegas – aqui o caso específico de Joaquim –, os que acreditavam na possibilidade de derrubada do governo a partir do MDB, criado pelo próprio regime, cumpriam papel análogo no campo da política. Sindicatos e partidos do regime mostravam-se insuficientes para a derrubada do regime, na medida em que não expressavam a independência da classe trabalhadora, única força da sociedade capaz de levar a cabo a tarefa de real democratização do país.

Os esforços da OSI na defesa do voto nulo, como modo de afirmar a independência de classe tendo como perspectiva a construção de um Partido Operário, não se dá de forma mecânica. Como disse Ivonise Maria, membro da Oposição Bancária de Salvador, em entrevista a *O Trabalho*[182]:

> A organização independente dos trabalhadores é tão fundamental que sem isso não podemos nem pensar em formação de Partido Operário. Por outro lado, **não será o simples fato de votar nulo que irá levar os trabalhadores à sua organização independente**. Recusar os partidos da ditadura, da burguesia, hoje, é uma forma de você propagandear propostas mais avançadas (como o Partido Operário), sendo o mais importante o que vai capitalizar em cima disso.[183]

Já sobre a viabilidade da luta imediata por um Partido Operário ela declara:

> Eu só acredito num Partido Operário criado de baixo para cima. Eu só acredito nele se este partido surgir das bases. No atual momento, eu acredito que os trabalhadores estejam lutando mais por seus interesses imediatos. O que vai dizer qual é o momento exato de criar ou não o Partido Operário não serei eu, mas sim **a prática, o movimento real dos trabalhadores**, seu nível de organização, mobilização e o desenvolvimento de sua consciência política.[184]

181 "Editorial", *O Trabalho*, n. 13, 7 a 20 nov., 1978, p. 1.
182 "Arena e MDB são pão da mesma massa", *O Trabalho*, n. 13, 7 a 20 nov., 1978, p. 3.
183 "Arena e MDB são pão da mesma massa", *O Trabalho*, n. 13, 7 a 20 nov., 1978, p. 3 (grifos meus).
184 Idem (grifos meus).

De acordo com a concepção da OSI defendida em seu jornal, o voto nulo não levaria automaticamente à organização independente da classe trabalhadora, mas seria parte de um processo de denúncia e recusa dos partidos da ditadura – que são os partidos da burguesia –, abrindo caminho para propostas que visavam à independência de classe. A construção de um Partido Operário estava nesse horizonte, mas esse partido deveria "surgir das bases", "[d]a prática, [d]o movimento real dos trabalhadores". Essa concepção – de que na perspectiva do voto nulo estaria a construção do Partido Operário – encontrava eco no depoimento de membros da Oposição Metalúrgica de São Paulo. De acordo com um membro do Comando Regional Sul, a independência da classe operária dar-se-ia a partir da destruição dos atuais sindicatos e da construção de sindicatos livres e independentes do Estado, assim como por meio da constituição de um Partido Operário, pois as duas coisas estão ligadas[185]. Para um membro do Comando Regional da Moóca, a respeito das eleições, a questão não é o candidato, o programa, etc., pois alguns candidatos populares "têm programas razoáveis"; "[o] importante é discutir o significado destas eleições enquanto instrumento do regime de manter uma ilusão: a de que se vive uma democracia"[186].

O n. 14 de *O Trabalho*[187], de 21 de novembro de 1978, trouxe como destaque de capa a manchete "Nas eleições, a grande recusa" e, sob o título "Nunca deu tanta recusa", deu grande destaque ao resultados das eleições em suas páginas 4 e 5.

Em "Surpresa: nada mudou"[188], o jornal apresentou um balanço das eleições, que trouxe a vitória do MDB, porém não de forma tão esmagadora como em 1974. Nessas eleições de 1978, o MDB elegeu vários candidatos "populares" e "autênticos", depois de assumir muitos "gastos" em campanha – financeiros e de energia. Mas, depois da vitória do MDB, ficaram as perguntas: "o que restou de esperança para os brasileiros que anseiam por liberdade e por uma vitória digna? O que mudou? Que problemas foram resolvidos? Que instrumentos foram forjados para ajudar os trabalhadores em sua luta?"[189]. De acordo com a OSI, "(a)s greves deram o tom, e conseguiram ofuscar o brilho das eleições preparadas pelo regime militar"[190]. A classe trabalhadora em movimento fez com que uma ampla camada da classe passasse a ter confiança em suas próprias forças, e esses setores passaram a reconhecer melhor seus verdadeiros amigos e inimigos. A falência do regime militar e de seus partidos, tão discutida nas páginas de *O Trabalho* até aqui, expressou-se nas urnas:

---

185 "Um membro do Comando Regional Sul", *O Trabalho*, n. 13, 7 a 20 nov., 1978, p. 3.
186 "Um membro do Comando Regional da Moóca", *O Trabalho*, n. 13, 7 a 20 nov., 1978, p. 3.
187 *O Trabalho*, n. 14, 21 nov.–5 dez., 1978.
188 "Surpresa: nada mudou", *O Trabalho*, n. 14, 21 nov.–5 dez., 1978, p. 4.
189 Idem.
190 Idem.

> apesar dos mais incríveis malabarismos realizados pelo MDB para chamar para si todo e qualquer movimento de oposição, não deixaram de surpreender os votos nulos e brancos, que surgiram aos milhares nas grandes concentrações operárias.[191]

Apesar da campanha entusiasmada daqueles que chamavam o voto no MDB – defendendo o "novo caráter do MDB após 74", a "Frente Popular" sem nenhum princípio, ou o novo período –, a alternativa ao regime, para a OSI, expressava-se no movimento de mais de 500 mil trabalhadores em greve, movimento do qual o MDB nem chegou perto. Alguns sindicalistas inclusive – aponta *O Trabalho* – abriram mão das reivindicações para defender a campanha emedebista. Assim, outras questões mostram-se fundamentais: nessas eleições, quem representa os trabalhadores? "Como criar os organismos independentes dos patrões, dos seus agentes e do Estado?"[192] Os milhares de votos nulos e brancos das eleições do dia 15 de novembro seriam a resposta à falência do regime: "Nem Arena, nem MDB, por um partido operário"[193].

O descontentamento popular expressado nas urnas – como dito, principalmente nos centros de grande concentração operária – não pode ser ignorado nem pela grande imprensa, que teve que reconhecer os votos brancos e nulos como sinal de protesto e descontentamento. Somados nulos, brancos e abstenções, mais de 30% do eleitorado brasileiro, consciente ou inconscientemente, negou o regime e seus dois partidos, com isso reforçando a perspectiva de construção do Partido Operário[194].

Em "Os votos que incomodam"[195], *O Trabalho* apresentou um balanço dos votos brancos e nulos das eleições de 1978 em comparação com as eleições de 1970 e 1974. De acordo com o jornal, em 1970 houve uma grande campanha pelo voto em branco, encabeçada por brizolistas e por dissidentes do regime. Essa campanha resultou em uma quantidade expressiva de votos brancos e nulos, diante de grande repressão da ditadura, ou seja, esses votos foram uma expressão de resistência nas urnas. Em 1974, com o apoio desses setores ao MDB, constatou-se uma queda no número de votos brancos e nulos. Já em 1978, o quadro apresentado era qualitativamente diferente: greves, ascensão da classe operária, politização; desilusão no MDB; surgimento de organismos independentes da classe – isso tudo acabou sendo expressado no aumento do número de votos nulos e brancos.

---

191 "Surpresa: nada mudou", *O Trabalho*, n. 14, 21 nov.–5 dez., 1978, p. 4.
192 Idem.
193 Idem.
194 "O protesto que virou notícia", *O Trabalho*, n. 14, 21 nov.–5 dez., 1978, p. 4.
195 "Os votos que incomodam", *O Trabalho*, n. 14, 21 nov.–5 dez., 1978, p. 5.

> Na verdade, os votos nulos e brancos mostraram, de uma maneira clara, aquilo que muitos votos no MDB registraram de forma confusa: o repúdio a 14 anos sem eleições livre (sic) e sem partidos dos trabalhadores, sem um Parlamento com poder, sem liberdade e com muita exploração.[196]

Diante da crise do regime – que se manifestava nas mobilizações e nas greves dos trabalhadores de diversas categorias, e que teve sua expressão também nas urnas com uma grande quantidade de votos nulos e brancos –, os detentores do poder não se calariam, e é certo que a ditadura não cairia sozinha devido ao seu apodrecimento. A força dos trabalhadores que ser erguia a partir da greve dos metalúrgicos do ABC em maio de 1978 esbarrava na iniciativa do regime decadente, que manifestava intenção de manter intocáveis as instituições que criou desde 1964, entre elas o bipartidarismo. Se a repressão e a lei antigreve foram fundamentais para garantir o arrocho salarial, a superexploração da classe trabalhadora, o "bipartidarismo foi uma viga-mestra na construção do edifício político manipulado pela cúpula das Forças Armadas"[197]. Assim, para a OSI, a tentativa de manter restrições à organização independente dos trabalhadores em um partido político caminhava lado a lado com a repressão a qualquer tentativa de transformação da estrutura sindical vigente. Enquanto isso, defende a OSI, autênticos, populares e socialistas do MDB – e fora do Brasil Leonel Brizola os apoia – legitimavam esse quadro de restrições, pois, na defesa do MDB, estavam unidos na defesa de uma instituição do regime militar.

Com a alteração na configuração das forças da sociedade em relação às eleições de 1970 e 1974, a luta contra a ditadura ganhava novos elementos. Se no parlamento, após as eleições de 15 de novembro, nada se modificou, os votos expressaram duas mudanças: o aumento no número de votos nulos e brancos, que atingiram até 23% nos centros mais importantes, onde houve greves (ABC e São Paulo) ou há desilusão com governos emedebistas (Campinas e outras cidades do interior paulista); e o crescimento do número dos deputados autênticos nos maiores estados dos país[198]. O descontentamento com o regime depositado nas urnas apresentava, segundo *O Trabalho*, mais uma importante questão: os deputados autênticos defenderiam as bases que os ajudaram a eleger-se ou o partido, criado pela ditadura[199]?

Independentemente da resposta que seria dada a essa pergunta, uma coisa seria fácil constatar: em 1978 o grande derrotado foi o governo. E essa derrota, de acordo com a análise da OSI, veio no campo da luta, com cerca de 1 milhão de trabalhadores que entraram em greve,

---

196 "Os votos que incomodam", *O Trabalho*, n. 14, 21 nov.–5 dez., 1978, p. 5.
197 "Editorial", *O Trabalho*, n. 15, 5 dez. 1978–16 jan. 1979, p. 5.
198 Idem.
199 Idem.

passando por cima de leis antioperárias, conquistando na própria greve o seu direito de greve. No campo institucional, as eleições trouxeram um número expressivo de votos no MDB, "oposição" ao regime, mas principalmente um número muito significativo de votos brancos e nulos, que é uma forma mais clara de negação ao regime. Para se manter, a ditadura falava em "reformas", e o MDB, repleto de candidatos "populares", era uma dessas "perfumarias" do governo militar[200]. Como ressalta *O Trabalho*, "(q)uando milhões votam no MDB, acabam votando porque não têm outra opção. **Votam contra ditadura, e não a favor do MDB**"[201]. A negação do regime e a falta de alternativa para a clara expressão dessa recusa tornavam evidente a necessidade de um Partido Operário, para que assim se pudesse separar o campo dos patrões do campo dos trabalhadores. Mas um Partido Operário, porém, não é nem deve ser obra de intelectuais, e não nasce em gabinetes. Esse partido surge das lutas dos próprios trabalhadores[202]. O ascenso das lutas de 1978 demonstrou que:

> Os trabalhadores têm mostrado que do jeito que a sociedade está montada não dá mais pé. Eles exigem que a sua vontade seja respeitada. Os trabalhadores têm mostrado que as leis existentes foram feitas contra eles, que são a maioria da nação. E que novas leis precisam ser celebradas, que lhes garantam uma vida digna, o direito ao trabalho, terra e liberdade.[203]

De acordo com essa perspectiva, a posição da OSI era a de que se fazia urgente reordenar o país a partir de uma Assembleia Constituinte democrática e soberana, com várias classes sociais representadas em seus respectivos partidos políticos. Para isso, não se poderia cair no engodo de transformar o Congresso de marionetes em uma Assembleia Constituinte, com Figueiredo à frente[204]. E é nesse quadro que "os trabalhadores construirão seu partido batalhando de forma intransigente num terreno de independência frente aos patrões e seu Estado"[205].

---

200 "Mais uma vez, a derrota", *O Trabalho*, n. 15, 5 dez. 1978–16 jan. 1979, p. 5.
201 Idem (grifo no original).
202 Idem.
203 Idem.
204 O artigo atenta para a necessidade de observar os erros do passado: "Essa é a armadilha do momento: transformar o atual Congresso em Constituinte. (…) Na verdade, trata-se, para eles, de realizar uma **Constituinte com Figueiredo**, procurando reeditar em 1978 o que aconteceu nos anos 40 (…), com Getúlio Vargas. Vargas, após massacrar a classe operária por quase 10 anos, de repente virou 'democrata'. E não foram poucos os que correram para debaixo da sua asa." Idem (grifo no original).
205 Idem.

3. PROGRAMAS CONTRA A DITADURA

Como vimos até aqui, a ditadura militar instaurada no Brasil a partir de 1964 foi o bastião da defesa de interesses do capital monopolista nacional e internacional. A burguesia brasileira, ao assumir um projeto de modernização nacional subordinada ao capital estrangeiro, encontrou no regime militar o braço forte para a garantia do desenvolvimento econômico que tinha como pilar de sua sustentação a superexploração do trabalho. O curto período áureo dessa fase de acumulação capitalista no país – de 1968 a 1973 – foi chamado de "milagre" e, como afirmou Chasin,

> (...) a dinâmica econômica que ele propôs e implantou tem como base necessária a maciça exclusão das camadas populares dos resultados que produz. (…) Para se realizar, o 'milagre' obrigatoriamente tem de gerar a miséria de amplas camadas populacionais; **o aviltamento da maior parte da força de trabalho empregada é a condição de seu funcionamento**.[206]

Ao reconhecer o caráter de classe do regime autocrático, que tinha em sua política econômica, ou seja, no arrocho salarial, sua base de sustentação e sua razão de ser, pudemos "compreender os alicerces sobre os quais se erigia a ditadura militar e os motivos que a levaram a desencadear a 'abertura' política"[207]. Não por acaso a "abertura política" seria colocada em pauta após a crise do "milagre", com o intuito de rearranjar o bloco capitalista que apoiava e se apoiava na ditadura e que, com a crise econômica a partir de 1974, não queria "pagar a conta". A redemocratização proposta pelo regime, assim, foi levada adiante nos marcos do politicismo, em que a questão institucional era privilegiada nos debates sem

> que fossem questionados os fundamentos da organização econômica vigente – a superexploração do trabalho, a subordinação ao capital externo, a estrutura agrária, o privilegiamento do setor de bens de consumo duráveis como carro chefe do desenvolvimento industrial –, o que implicava deixar em pé o caráter autocrático do estado, mantendo excluídos do debate da questão essencial – a econômica – os trabalhadores.[208]

A urgência de uma política construída a partir da perspectiva do trabalho na luta pela democracia ficaria evidente, na medida em que, diante da burguesia dependente e antidemocrática

---

206 CHASIN, J. "Conquistar a democracia pela base", p. 62 (grifos meus).
207 COTRIM, Lívia. "Apresentação – O capital atrófico: da via colonial à mundialização", p. V.
208 Idem, p. VII.

brasileira, a classe trabalhadora seria a força viva a fazer – como fez no final da década de 1970 e início da década de 1980 – a roda da história girar para frente novamente em nosso país. Assumir a perspectiva do trabalho, na luta contra o arrocho salarial, seria a tarefa colocada para as oposições realmente comprometidas com a queda da ditadura, pois, como alertava Chasin, "(...) são absolutamente incompatíveis o regime do arrocho salarial e a democracia, mesmo tomada esta em seus limites o mais puramente formais"[209]. E ainda com ele: "*quem não luta contra o arrocho não quer a democracia, e* ***quem quer a democracia luta por um programa econômico alternativo***"[210]. A perspectiva de derrubada do arrocho apontava, então, para o movimento na direção de uma reorientação dos rumos das atividades produtivas. Muitas oposições não compreenderam isso, caindo na armadilha da autocracia ao concentrar seus esforços da disputa institucional.

3.1. O programa da OSI

A Organização Socialista Internacionalista compreendeu a raiz do problema. A organização trotskista, desde o primeiro número de *O Trabalho* (n. 0, 1º de maio de 1978), demonstrou a centralidade da luta contra o arrocho salarial, entendendo a superexploração do trabalho como o pilar de sustentação da ditadura. A perspectiva do trabalho no cenário da luta de classes brasileira foi levada pela OSI às eleições de 1978 com a palavra de ordem "Nem Arena, nem MDB. Vote nulo por um Partido Operário"[211]. De acordo com a OSI, as lutas travadas pela classe trabalhadora contra a carestia, contra o arrocho salarial – principalmente a partir da nova conjuntura, depois do levante de maio –, deveriam ter sua expressão no pleito eleitoral a partir de uma posição classista, que, ao afirmar a independência política da classe operária, teria em seu horizonte a construção de seu partido próprio. Como parte da construção do Partido Operário, a vanguarda operária teria a tarefa de esgotar as ilusões que a classe trabalhadora em geral ainda nutria nas aspirações democráticas do MDB – que para as eleições de 1978 trazia em suas fileiras candidatos "autênticos", socialistas, operários, etc. –, partido da ditadura, encabeçando uma campanha pelo voto nulo. A OSI "também combateu qualquer frente ou apoio à candidatura de Euler Bentes, opondo a ela a defesa de uma Constituinte soberana[212].

No campo sindical, a OSI, nesse período, defendia a construção de sindicatos livres, a partir das oposições sindicais e das comissões de fábrica, essas últimas fundamentais para superar os entraves colocados pelas burocracias sindicais – e os próprios obstáculos inerentes aos sindicatos

---

209 CHASIN, J. "As máquinas param, germina a democracia", p. 105.
210 Idem (itálico no original, grifo meu).
211 "Dependência sindical pede dependência política", p. 3.
212 KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. "Os trotskistas no Brasil", p. 176. Ver sobre o assunto, entre outros, "Figueiredo, Euler ou a Constituinte Soberana?", *O Trabalho* – n. 5, 21 jul.–5 ago., 1978, p. 6.

atrelados ao governo – para a organização independente da classe trabalhadora. Se consideramos correta a linha política assumida pela OSI em relação às eleições de 1978, entendemos como equivocada a posição da organização em relação à construção de sindicatos livres. De acordo com Trotsky, os revolucionários deveriam tomar parte em todas as lutas travadas pela classe operária, mesmo naquelas que se limitavam aos interesses materiais ou aos direitos democráticos mais modestos[213]. Assim, a participação ativa dos revolucionários nos sindicatos de massa deveria ser tomada como tarefa fundamental, como parte de uma luta implacável "contra todas as tentativas de submeter os sindicatos ao Estado burguês"[214]. De acordo com o Programa de Transição:

> Somente tendo por base esse trabalho é possível lutar com sucesso no interior dos sindicatos contra a burocracia reformista e, em particular, contra a burocracia stalinista. As tentativas sectárias de criar ou manter pequenos sindicatos "revolucionários", como uma segunda edição do partido, significam, na verdade, a renúncia à luta pela direção da classe operária. É necessário colocar aqui como um **princípio fundamental: o auto-isolamento capitulacionista fora dos sindicatos de massa equivale à traição da revolução** e é incompatível com a militância na Quarta Internacional.[215]

Ao defender a construção de "sindicatos livres", a OSI assumiu um posicionamento esquerdista, que tenderia ao isolamento da organização em relação às massas trabalhadoras. A correta posição de fortalecer as oposições sindicais e as comissões de fábrica para combater as direções pelegas, reformistas e stalinistas desenvolvia-se, assim, numa direção contrária e incorreta, na qual se abdicaria dessa disputa, isolando-se em sindicatos esquerdistas e descolados da classe. Esse posicionamento sectário expressa um caráter pequeno-burguês da organização, na medida em que à OSI faltavam quadros no interior das fábricas, tendo sua atuação mais fortemente marcada no movimento estudantil. Na USP, por exemplo, a Libelu foi importante na construção do DCE-Livre, o que era um posicionamento correto na medida em que as entidades estudantis deixaram de existir com a ditadura, e criar entidades "livres" equivalia à criação de entidades novas. Ao fazer a defesa da criação de "sindicatos livres", a OSI fazia uma transposição equivocada do acertado programa político da corrente estudantil para o movimento operário, na medida em que os sindicatos nunca tinham deixado de existir. Defender a fundação de entidades "livres" na classe trabalhadora, assim, expressava uma política sectária, que equivaleria, na maioria das vezes, a dividir a classe e abrir mão de disputar a direção do movimento, expulsando os pelegos dos sindicatos de massas.

---

213 TROTSKY, Leon. **O Programa de Transição**, p. 36.
214 Idem.
215 Idem, pp. 36-37 (grifo nosso).

A posição da OSI, embora acertada em muitos pontos – perspectiva do trabalho, luta contra o arrocho, fortalecimento das comissões de fábrica, voto nulo nas eleições de 1978 e construção do Partido Operário –, falhou ao não defender um programa revolucionário e não estabelecer, como pede Chasin, um "programa econômico alternativo". Entendendo a raiz econômica e o caráter de classe da ditadura militar brasileira, a OSI apresentou em seu programa a perspectiva da construção de um Partido Operário e dos sindicatos livres como alternativa da classe trabalhadora para a derrubada da ditadura militar, caindo, desse modo, no politicismo – embora radical –, na medida em que não conseguiu ultrapassar os marcos da luta institucional em suas aspirações. De acordo com os Cadernos Estratégia Internacional – Brasil:

> Em síntese, era preciso ajudar as massas em sua radicalização, apontando o caminho do desenvolvimento de uma estratégia soviética e da derrota da ditadura como parte do processo da revolução socialista. Uma das táticas esporádicas de grande importância nesse momento, para combater a armadilha da transição negociada – que usava métodos democráticos deformados (colégio eleitoral, eleições antidemocráticas etc.) para barrar a vontade popular – e responder aos anseios democráticos das massas contra o regime, teria que ser a Assembléia Constituinte revolucionária, ou seja, imposta pela força da ação dos trabalhadores e das massas sob as ruínas da ditadura, com o objetivo de deliberar democraticamente todas as questões fundamentais do país, incluindo a propriedade e a ruptura com o imperialismo. Ainda que tanto a corrente morenista como os lambertistas[216], e mesmo a Causa Operária, tenham levantado na época a palavra de ordem de Assembléia Constituinte, ao fazê-lo por fora da perspectiva soviética e da luta contra a ditadura, só poderiam ficar como a extrema esquerda da transição. Inclusive ao não falar como tinha que ser imposta e com quais métodos, poderia ser entendida como exigência à própria ditadura.
>
> Era preciso ajudar a estender e generalizar os organismos das massas em luta, e como parte desse processo construir um partido revolucionário. Como diz Trotsky, se referindo ao papel e à influência dos bolcheviques russos nos soviets de 1905, utilizando as imensas vantagens do método marxista este partido foi capaz de orientar seu pensamento político no "caos" existente e utilizá-lo a seu favor – ainda que esses organismos não pertencessem formalmente a nenhum partido em um meio de organização de sua influência.[217]

---

216 Convergência Socialista e Organização Socialista Internacionalista, respectivamente.

217 Tese 3 [1978], pp. 64-65. Em nota de rodapé, os Cadernos explicam que esses organismos seriam os soviets, "a experiência russa dos conselhos de operários, camponeses e soldados, surgidos na revolução de 1905 na luta contra a autocracia e que posteriormente – depois da tomada do poder – se converteram nos órgãos do novo

Mesmo defendendo a luta contra o arrocho salarial como um combate à própria ditadura[218], a OSI, ao não estabelecer um programa econômico real para impor a queda do regime, assumiu uma perspectiva politicista – ainda que radical, como já ressaltamos –, o que se traduzia em uma limitação programática para o enfrentamento da ditadura em sua raiz. E esse politicismo radical, que estabelecia um programa limitado para as tarefas da classe trabalhadora na luta contra a ditadura, encontrava suas raízes no mesmo caráter pequeno-burguês que levou a organização à defesa dos "sindicatos livres".

Ao opor a uma Assembleia Constituinte com Figueiredo a defesa de uma Assembleia Constituinte soberana, com várias classes sociais representadas por seus partidos políticos, ou seja, fora da perspectiva soviética[219], a OSI restringia a luta democrática aos marcos da democracia burguesa, caindo no erro de separar, consciente ou inconscientemente, a revolução socialista brasileira em etapas. De acordo com o **Programa de Transição**, nos países atrasados o proletariado

> é obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial. Nessa luta, as palavras-de-ordem democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas decorrem umas das outras.
>
> (…)
>
> Não se deve rejeitar pura e simplesmente o programa democrático: é necessário que as próprias massas ultrapassem esse programa na luta.
>
> (…)
>
> Em certa etapa da mobilização das massas sob as palavras-de-ordem da democracia revolucionária, os conselhos podem e devem aparecer. (…) Cedo ou tarde os conselhos devem derrubar a democracia burguesa. Somente eles são capazes de levar a revolução democrática até o fim e, assim, abrir a era da revolução socialista.[220]

---

estado operário" (Tese 3 [1978], p. 65).

218 Ver, entre outros, "Arrocho: ministros não resolvem a velha discussão", *O Trabalho*, n. 0, 1 mai., 1978, p. 3.

219 Como "perspectiva soviética" entendemos a defesa da formação dos conselhos (soviets), como meio de estabelecer a dualidade de poder, caminhando em direção à superação da democracia burguesa. "Como pivô em torno do qual se unem dezenas de milhões de trabalhadores na luta contra os exploradores, os conselhos, desde o momento de sua aparição, tornam-se os rivais e os adversários das autoridades locais e, em seguida, do próprio governo central. Se o comitê de fábrica cria elementos de dualidade de poder na fábrica, os conselhos abrem um período de dualidade de poder no país" (TROTSKY, Leon. **O Programa de Transição**, p. 62).

220 TROTSKY, Leon. **O Programa de Transição**, pp. 62-63.

Embora defendesse a importância das comissões de fábrica[221], apoiasse e construísse o Comitê pela Anistia[222] e, posteriormente, animasse o Comitê pelo Voto Nulo[223] – inclusive Comitês setoriais –, a OSI não ligava a defesa da Assembleia Constituinte soberana à construção dos conselhos, o que teria como horizonte a dualidade de poder. Centrando seus esforços na defesa da construção de um Partido Operário, que comporia essa Assembleia Constituinte com os partidos burgueses, a OSI acabou por separar as palavras de ordem democráticas e as tarefas da revolução socialista. Ao não apresentar um programa econômico de combate ao arrocho e à superexploração do trabalho, caiu na armadilha politicista da ditadura e deixou as reivindicações transitórias de lado, cumprindo o papel de "extrema esquerda" do processo de abertura política idealizada pela burguesia nacional e estrangeira e pelos seus aliados militares.

3.2. A proposta de Chasin

No final de seu "Conquistar a democracia pela base", de 1977, Chasin apontava que as duas questões que se colocavam com urgência para um verdadeiro combate contra a ditadura seriam "a dos *programas* e a da *frente*"[224]. O autor buscava "oferecer um esquema para o debate dos oposicionistas mais avançados"[225], a partir da perspectiva do trabalho, e afirmou que, assumindo essa perspectiva, os impasses da situação brasileira "só podem ser enfrentados programaticamente por uma dupla resolução básica"[226], que seria:

1. "(…) opor-se firmemente às políticas do achatamento salarial", o que levaria à unificação de vastas camadas de trabalhadores da cidade e do campo "pelas suas mais prementes e legítimas aspirações"[227];
2. "defesa e (…) luta por uma correta participação do estado nas atividades econômicas do país"; intervenção estatal ganhando "progressivamente funções de ordem social"[228].

Nesse sentido, pensando nessa dupla resolução:

---

221 Como podemos ler no **Programa de Transição**: "Desde que o comitê [comissão] aparece, estabelece-se de fato uma dualidade de poder na fábrica" (Idem, p. 39).
222 "Carta de apoio ao comitê de anistia", *O Trabalho*, n. 3, 20 jun.-5 jul., 1978, p. 3. "Na praça, nas ruas, contra a repressão", *O Trabalho*, n. 5, 21 jul.-5 ago., 1978, p. 3.
223 "Voto Nulo. A questão que empolga os debates", *O Trabalho* n. 12, 26 out.-7 nov., 1978, p. 4.
224 CHASIN, J. "Conquistar a democracia pela base", p. 74 (itálico no original).
225 Idem.
226 Idem.
227 Idem.
228 Idem, p. 75.

> (...) estando em jogo o desenvolvimento da indústria de base, a luta deve encaminhar-se no sentido de que o estado assuma, neste campo, papel decisivo, que a iniciativa privada nacional pode completar, mas onde o capital estrangeiro não possa atuar.[229]

Assim, em oposição à política voltada aos interesses imperialistas, de acordo com o autor, deveria ser construída uma política que fizesse "das reivindicações trabalhistas sua arma e objetivo estratégico central"[230]. É importante observar que Chasin, ao esboçar esse eixo central, não despreza a questão democrática, mas, ao abordá-la, tem o cuidado de diferenciá-la da "questão institucional", pois, como aponta, muitos confundem a primeira com a segunda. O autor deixa claro que, do ponto de vista do trabalho – e até mesmo de um liberalismo mais radical –, a questão democrática não esgota-se nos limites da luta institucional, pois a democracia, dessa perspectiva, "não é pensada simplesmente como a democracia política, mas implica necessariamente a democracia econômica, a democracia social, a democracia cultural etc. (…)"[231]. Isso posto, Chasin afirma que a luta institucional, não sendo suficiente do ponto de vista da classe trabalhadora, não sensibiliza e não mobiliza as massas (o autor está pensando na realidade histórica do Brasil), pois está muito distante de suas necessidades vitais. Assim, a partir de tais constatações, a questão da frente apresentava-se como fundamental. Mas, ao defender o caráter fundamental da frente no contexto brasileiro, Chasin pontua que

> uma verdadeira frente ampla é a **articulação de forças sociais distintas e contraditórias**, que assim se mantêm, mas que convergem sobre um programa dado, num momento histórico determinado.[232]

As frentes, desse modo, para que travem uma luta consequente, não devem ser frentes de indivíduos, mas sim de forças sociais que, diante do processo de luta, não devem eliminar as contradições inerentes a esse tipo de tática. A frente, então, da perspectiva do trabalho,

> é concretamente uma articulação efetiva de concretos componentes sociais, articulada a partir das massas, das quais a cúpula dirigente é articuladora, mobilizadora, mas sob cujas perspectivas históricas se põe.[233]

---

229 CHASIN, J. "Conquistar a democracia pela base", p. 75.
230 Idem.
231 Idem, p. 76.
232 CHASIN, J. "Conquistar a democracia pela base", p. 76 (grifo meu).
233 Idem, p. 77.

Uma frente dessa ordem, então, que unificasse a classe trabalhadora a partir de reivindicações trabalhistas e sociais, atingiria a raiz da política econômica da ditadura[234]. De acordo com o autor, assim, a democracia no Brasil "implica ser conquistada e consolidada a partir das bases nacionais, da base econômica e da base de massas", pois só às massas "interessa a concreta democracia em nosso país"[235].

3.3. Resgatar o velho programa

Como vimos até aqui, a Organização Socialista Internacionalista, embora enxergasse na política econômica do regime sua raiz, a razão de ser e o pilar de sustentação da ditadura, não foi capaz de elaborar, ao longo do ano de 1978, um programa econômico que estivesse à altura dos fatos. Via, por exemplo, a necessidade de unificar as diversas categorias contra o arrocho salarial a partir da unificação do índice percentual[236], denunciava a superexploração do trabalho nas páginas de seu jornal, mas de fato não apresentou um programa econômico como eixo da luta. A essa falta, contrapusemos a proposição de Chasin, que, ao lado do combate ao arrocho salarial – como luta fundamental inclusive para unificar as massas –, colocava a importância de uma crescente intervenção estatal, que ganharia "progressivamente funções de ordem social, visando o desenvolvimento da indústria de base a partir de uma perspectiva nacional, na qual o estado teria uma função decisiva e o capital estrangeiro não alcançaria". Para a realização desse programa, como vimos, Chasin propunha a composição de uma frente, que seria uma articulação de forças sociais, assumindo a perspectiva do trabalho.

Embora concordemos com Chasin na medida em que o autor afirma que a democracia no Brasil será conquistada a partir da base econômica e da base das massas, vislumbrando a luta econômica contra o arrocho – aliada às palavras de ordem democráticas – como o início de um processo que desencadearia na derrubada da ditadura, ou seja, em uma vitória política, acreditamos que esse programa apresente um limite no que se refere a uma perspectiva para a revolução socialista no país.

Em primeiro lugar, a proposta chasiniana nos parece apresentar certa ilusão em um possível caráter social do Estado. Nesse ponto, não podemos esquecer as lições práticas da Comuna de Paris, analisadas e sistematizadas por Marx:

---

234 CHASIN, J. "Conquistar a democracia pela base", p. 77.
235 Idem.
236 A respeito ver, por exemplo, "Vaias, manobras. Começam assembléias no Rio e BH", *O Trabalho*, n. 6, 1 a 15 ago. 1978.

> No mesmo passo em que o progresso da moderna indústria desenvolvia, ampliava e intensificava o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado foi assumindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina do despotismo de classe. Após toda revolução que marca uma fase progressiva na luta de classes, o caráter puramente repressivo do poder do Estado revela-se com uma nitidez maior.[237]

Sendo o Estado um aparato da burguesia para impor sua dominação à classe operária, ou seja, "uma força pública organizada para a escravização social", a defesa de uma maior intervenção estatal nas atividades econômicas do país, para que essa fosse ganhando "progressivamente funções de ordem social", ignora a essência do Estado e o papel de garantidor dos interesses da burguesia que ele cumpre, seja em um regime democrático ou autocrático. Além disso, se pensarmos no caso brasileiro, em que a burguesia nacional, demonstrando sua condição histórica, consolidou-se nos marcos da dependência ao capital internacional – como aponta o próprio Chasin –, a defesa de uma oposição entre inciativa privada nacional e imperialismo, com a primeira participando do desenvolvimento da indústria de base nacional, parece não levar em conta essa dependência. Ao propor, com base nesse programa, uma frente – "articulação de forças sociais distintas e contraditórias" –, Chasin defende aquilo que, em essência, seriam as Frentes Populares, ou seja, uma política de conciliação com os setores progressistas da burguesia nacional.

Em segundo lugar, embora Chasin vislumbre um caminho que iria do combate ao arrocho salarial e da derrubada da ditadura à revolução socialista no Brasil, consideramos que essa "ponte", em seu programa, apresenta também limites. Sem que se estabeleça um meio para a unificação das massas assalariadas exploradas e os desempregados, e sem um programa que seja capaz de fazer a ponte entre as reivindicações imediatas da classe trabalhadora e o programa socialista, a luta contra o arrocho, aliada às palavras de ordem democráticas, corre risco de esgotar-se dentro dos limites da democracia burguesa. Nesse ponto destacamos a importância das reivindicações transitórias, especificamente das escalas móveis de salários e das escalas móveis de horas de trabalho.

Michael Löwy, sobre o **Programa de Transição**, afirma:

> Rompendo com uma velha tradição social-democrata de separação entre um "programa mínimo" reformista e um "programa máximo" abstratamente socialista, Trotski propunha formular reivindicações "transitórias" que, partindo do nível de

237 MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

> consciência real dos trabalhadores, de suas exigências concretas e imediatas, levavam a um enfrentamento da lógica do capitalismo, a um conflito com os interesses da grande burguesia.[238]

Partindo de uma análise que entende – corretamente – a política econômica como base de sustentação da ditadura e a luta contra o arrocho salarial como um combate frontal à ditadura, as escalas móveis de salário e de horas de trabalho cumpririam um papel fundamental para a luta da classe trabalhadora contra o regime militar. De acordo com o **Programa de Transição**:

> Contra o aumento dos preços (…), só é possível lutar com a palavra-de-ordem de escala móvel de salários. Os contratos coletivos devem assegurar o aumento automático dos salários, correlativamente à elevação dos preços dos artigos de consumo.
>
> (…)
>
> O direito ao trabalho é o único direito sério que o operário tem numa sociedade fundada sobre a exploração. Entretanto, este direito lhe é roubado a cada passo. Contra o desemprego, tanto "estrutural" quanto "conjuntural", é preciso lançar, juntamente com a palavra-de-ordem de trabalhos públicos, a de escala móvel de horas de trabalho. (…) O trabalho existente é repartido entre todos os operários existentes, e essa repartição deve determinar a duração da semana de trabalho. O salário médio de cada operário continua o mesmo da antiga semana de trabalho. O salário, como um mínimo estritamente assegurado, segue o movimento dos preços. (…)[239]

Ao compreendermos a questão econômica como algo nuclear no combate à ditadura militar, podemos notar a importância da defesa das escalas móveis nesse processo, tarefa que não foi assumida pelas organizações trotskistas. Com a aparência de uma mera reivindicação econômica, as escalas móveis só podem realizar-se, de fato, em uma sociedade socialista. As escala móveis "aparecem para os trabalhadores como algo mínimo (a defesa do seu emprego e do seu salário), mas são, em essência, reivindicações máximas, ou seja, têm um conteúdo socialista"[240]. Tomando essa reivindicação para o caso brasileiro ora em discussão, as escalas móveis teriam o potencial de unificar as massas exploradas – assalariados e desempregados – a partir de um programa que não

---

238 LÖWY, Michael. Leon Trotski e "O programa de transição". Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/11/07/leon-trotski-e-o-programa-de-transicao/>. Acesso em: 20/08/2014.

239 TROTSKY, Leon. **O Programa de Transição**, p. 35.

240 DILLENBURG, Fernando. "O atual significado da 'discussão dos membros do SWP com Crux (Trotsky)'". In: TROTSKY, Leon. **O Programa de Transição.** São Paulo: Týkhe, 2009, p. 83.

poderia esgotar-se com a queda da ditadura. Além disso, a apresentação dessa reivindicação transitória – parte de uma demanda aparentemente mínima (salário) e tem em seu horizonte uma pauta máxima (sociedade socialista) – não é contraditória às palavras de ordem democráticas, mas apresentaria uma clara posição classista, separando as perspectivas da classe operária e da burguesia, afirmando a independência de classe. Sobre as escalas móveis, Trotsky afirma:

> Mas, no fundo, o que é essa reivindicação? Na verdade, é a descrição do sistema de organização do trabalho na sociedade socialista. O número total de horas necessárias divididas pelo número total de trabalhadores. (…) é o próprio programa socialista, mas na sua forma mais simples e mais próximas das massas.[241]

A importância do **Programa de Transição**, assim, está no fato de ser ao mesmo tempo um programa econômico e político, superando a falha divisão entre ambos. A defesa das escalas móveis móveis caminha, necessariamente, em direção à abertura da dualidade de poderes e a formação dos conselhos, sem que se apresente um programa propriamente político. A análise de Chasin mostra-se fundamental na medida em que percebeu a centralidade do combate ao arrocho salarial, ou seja, a importância de se assumir a perspectiva do trabalho na luta contra a ditadura, mas a ausência de reivindicações transitórias e a defesa de uma maior intervenção estatal na economia são fatores que limitam sua proposta[242]. A OSI, ao defender o combate ao arrocho e a construção de um Partido Operário, entende a questão salarial como fundamental mas não elabora um programa econômico, separa o econômico do político e cai na armadilha politicista. Ao não reivindicar as escalas móveis, abre mão de um programa ao mesmo tempo econômico e político, que seria um instrumento fundamental para a derrubada da ditadura militar brasileira em uma perspectiva revolucionária.

---

241 TROTSKY, Leon. "Discussão dos membros do SWP com Crux (Trotsky) sobre 'O Programa de Transição'". In: TROTSKY, Leon. O Programa de Transição. São Paulo: Týkhe, 2009, p. 93.

242 Nos referimos à proposta apresentada em CHASIN, J. "Conquistar a democracia pela base", pp. 59-77.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as forças políticas que se organizaram no período final da ditadura militar no Brasil, certamente a Organização Socialista Internacionalista teve um papel relevante. No interior do movimento sindical – vide o exemplo do Sindicato dos Bancários de São Paulo, ou da Oposição Metalúrgica também da capital paulista – ou no movimento estudantil – por meio da sua corrente Liberdade e Luta (Libelu) – a OSI fez suas posições valerem e influenciarem os debates políticos e as ações organizadas no intuito de combater o regime. Seu órgão de imprensa, *O Trabalho*, distribuído a partir de 1º de maio de 1978, chegou, entre 1978 e 1979, a estabilizar suas vendas entre 5 e 6 mil exemplares, atingindo cerca de 10 mil trabalhadores e ampliando sua venda de 6 para 13 estados brasileiros em maio de 1979[243]. A edição de um ano de *O Trabalho* (maio de 1979) definiu assim o jornal:

> "O Trabalho" surgiu junto com as primeiras greves de 78, no ABC, e com o 1º de maio independente de Osasco. Esteve presente em todos os movimentos grevistas desde então. E é visto pelos seus leitores como um verdadeiro instrumento de luta, um jornal que não somente relata os fatos, mas que participa e age em cima das principais batalhas dos trabalhadores.[244]

Diante das lutas travadas a partir de 1978, a OSI passou a defender a construção de um Partido Operário e de "sindicatos livres", "organizações independentes dos trabalhadores sem vínculos com a estrutura sindical vigente", pois, para a OSI, "os sindicatos oficiais [eram] verdadeiras camisas de força contra os trabalhadores, que servem como instrumento da classe dominante e como obstáculos às mobilizações e organizações operárias"[245]. Como consequência dessa luta contra o sindicalismo atrelado ao governo e a burocracia sindical, a OSI foi crítica às primeiras movimentações acerca da formação do Partido dos Trabalhadores, já que já que essas contavam com o apoio das cúpulas sindicais. Como apontam Karepovs e Leal, "[a] moção pela formação de um Partido dos Trabalhadores, aprovada no X Congresso de Lins, foi repudiada [pela OSI] pelo fato de ter sido apoiada por pelegos como Joaquim dos Santos Andrade e Ary Campista"[246]. De acordo com a organização, ao sair dos sindicatos pelegos, atrelados ao governo ditatorial, o PT configuraria-se como mais um partido da burguesia[247]; essa proposta, apoiada pelos

---

243 "O Trabalho: um ano de luta", O Trabalho, n. 22, 3 a 15 mai. 1979, p. 6.
244 Idem.
245 SILVA, Antonio Ozaí da. **História das Tendências no Brasil**, p. 178.
246 KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. "Os trotskistas no Brasil", p. 175.
247 SILVA, Antonio Ozaí da. **História das Tendências no Brasil**, p. 180.

dirigentes sindicais – inclusive por conhecidos pelegos, como o Joaquim –, nada tinha em comum com a proposta da OSI pela construção do Partido Operário, que se consolidaria justamente a partir das oposições sindicais e das comissões de fábrica, ou seja, a partir da base operária em luta, afirmando a independência da classe operária.

Porém, essa posição crítica em relação ao PT é alterada a partir da plenária do Comitê Central, de 26 de janeiro de 1980, a partir da aprovação de uma resolução sobre a situação nacional:

> Quanto ao PT, o CC da OSI coloca que ele é uma resposta ao movimento operário no sentido de sua organização independente, nascido do vazio provocado pela política stalinista que se recusa a construir até o seu próprio partido, apresentando o MDB como quadro de organização partidária e o sindicato corporativista como campo "unitário" de luta pelas suas reivindicações. A OSI coloca-se favorável à construção de um PT independente do governo, do Estado, mas ressalta que o movimento pró-PT ainda não é esse partido, e só será na medida em que se comprometer com a luta dos trabalhadores para derrubar a ditadura e pela independência de classe do proletariado.[248]

Essa nova posição da OSI em relação ao PT foi aprovada em sua 1a Conferência Nacional realizada em fevereiro de 1980:

> É dever da OSI, portanto, intervir no PT com todas as suas forças para ajudar a levá-lo ao desenlace positivo – construção, por qualquer via que seja, de um partido dos trabalhadores, sem patrões, empregando os meios disponíveis para fazê-lo dentro do PT, isto é, integrando-o, sem restrições.[249]

O giro da política da OSI – que de crítica à construção do PT passou a uma adesão "sem restrições" – foi aprofundando-se ao longo da década de 1980, manifestou-se claramente em suas tentativas frustradas de aproximação com a Articulação dos 113[250] – corrente majoritária no partido até os dias de hoje –, caminhando em direção ao abandono do programa revolucionário e à adaptação ao institucionalismo parlamentar, visto que a corrente – hoje com o nome de seu jornal, *O Trabalho* – ainda compõe as fileiras do Partido dos Trabalhadores, em nome de uma "disputa

---

248 "A Luta de Classes n. 3 – Lançado novo número da revista teórica da OSI", *O Trabalho*, n. 51, 11-17 mar., 1980, p. 2, citado por KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. "Os trotskistas no Brasil", p. 176.

249 "O IV Congresso da OSI", *O Trabalho*, n. 75, 2-8 jul., 1980, pp. 8-9, citado por KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. "Os trotskistas no Brasil", p. 177.

250 Sobre a Articulação dos 113 e as tentativas de aproximação da OSI-O Trabalho ver SECCO, Lincoln. **História do PT**, pp. 92-96; sobre as tentativas de aproximação da OSI-O Trabalho ver também, SILVA, Antonio Ozaí da. **História das Tendências no Brasil**, pp. 180-181.

interna" que aparentemente nunca se encerra; do politicismo radical de 1978 caminhou-se para uma defesa da institucionalidade.

Se o PT de hoje não é o mesmo PT das origens, mas é o reflexo de uma política que caminhava à direita, levando o partido cada vez mais a adaptar-se ao regime democrático burguês, não podemos negar que as sementes do PT de hoje já encontravam-se em solo fértil no PT das origens[251]. Como apontam os Cadernos Estratégia Revolucionária – Brasil, este tipo de partido, ou seja, partidos trabalhistas[252] (partido operário-burguês), "expressa fenômenos transitórios, isto é, ou avança para uma estratégia proletária revolucionária ou as correntes reformistas internas, agentes da burguesia nas fileiras operárias, o empurram para um retrocesso, tornando-o instrumento direto dos capitalistas"[253]. Ao compor o Partido dos Trabalhadores, a Organização Socialista Internacionalista não cometeu erro tático, pois a participação em organizações trabalhistas, sobretudo em sua origem – momento de consolidação de seu programa e de sua estratégia –, é uma tática acertada, tendo em vista a estratégia de construção de um partido revolucionário. Se a partir da relação dialética entre "intransigência ideológica e flexibilidade tática"[254] podemos afirmar que a OSI acertou em um primeiro momento, seu "entrismo sem fim"[255] a levou a uma completa adaptação no interior do partido. Passando a considerar o PT uma estratégia, passou a ser sua corrente orgânica, transformando sua flexibilidade tática também em flexibilidade ideológica. O Partido dos Trabalhadores adaptou sua política à mera disputa do parlamento burguês, contentando-se em cumprir o papel de ala esquerda da transição democrática outorgada e do novo cenário político que emergia nos anos 1980; a Organização Socialista Internacionalista, por sua vez, adaptou-se ao programa reformista do PT, contentando-se em representar, junto com outras correntes[256], a ala esquerda do partido. A oportunidade histórica em direção à revolução brasileira, por meio da força vital das massas trabalhadoras que se levantaram definitivamente contra o regime militar a partir de maio de 1978, foi desperdiçada ao privilegiar-se a luta institucional, cujos efeitos da transição "por cima" sentimos até hoje. Que essa experiência não seja esquecida paras as lutas que virão no próximo período.

---

251 Para uma contribuição sobre o debate, ver o artigo de Hector Benoit "A crise hoje no Brasil: o fim de um ciclo histórico da dominação burguesa", In: Mais-valia, n. 1. São Paulo, novembro de 2007.

252 Lincoln Secco destaca: "Para Eric Hobsbawn ele (o PT) pode ser considerado o último exemplo de partido social-democrata de massas, como os que emergiram na Europa antes de 1914 e para Jacob Gorender ele 'assumiu o comportamento moderado de um partido social democrata'. Já para Perry Anderson é simplesmente o primeiro e único partido moderno brasileiro. (…) O PT negou oficialmente a social democracia. (...)". SECCO, Lincoln. **História do PT**, pp. 256-257.

253 "As origens da CUT", pp. 114.

254 Idem, 116.

255 Idem, p. 117.

256 Por exemplo, a Democracia Socialista, que, a exemplo de O Trabalho, ainda continua no interior do PT.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalhado (O Confronto Operário no ABC Paulista: As Greves de 1978/80)**. São Paulo/Campinas: Ensaio/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

_____. **Crise e Poder**. São Paulo: Cortez/Editora Autores Associados, 1986.

ARCARY, Valerio. Prefácio. In: GARCIA, Cyro. **PT: de oposição à sustentação da ordem**. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

BENOIT, Hector. "Reflexões sobre o esquecimento do programa marxista". In: TROTSKY, Leon. **O Programa de Transição**. São Paulo: Týkhe, 2009.

_____. "A crise hoje no Brasil: o fim de um ciclo histórico da dominação burguesa", In: Mais-valia, n. 1. São Paulo, novembro de 2007.

BRASIL. Planalto Central. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acessado em: 01/04/2013.

Cadernos AEL: trotskismo. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v. 12, n. 22/23, 2005.

Cadernos Estratégia Internacional – Brasil. **A classe operária na luta contra a Ditadura (1964- -1980)**. São Paulo: Iskra, s/d

CARNEIRO, Henrique. PT: o grande partido social democrata brasileiro? Disponível em: <http://www.pstu.org.br/teoria_materia.asp?id=13356&ida=70>. Acessado em: 31/03/2013.

CHASIN, J. **A miséria brasileira**: 1964-1994 – do golpe militar à crise social. Santo André (SP): Estudos e Edições Ad Hominem. 2000.

Contra a corrente: Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea. Ano 4, n. 7, Brasília, 2012.

COTRIM, Lívia. "Apresentação – O capital atrófico: da via colonial à mundialização". In: CHASIN, J. **A miséria brasileira**: 1964-1994 – do golpe militar à crise social. Santo André (SP): Estudos e Edições Ad Hominem. 2000. pp. I-XXXIV.

DILLENBURG, Fernando. "O atual significado da 'discussão dos membros do SWP com Crux (Trotsky)'". In: TROTSKY, Leon. **O Programa de Transição.** São Paulo: Týkhe, 2009, p. 83-86.

Documentos de fundação da IV Internacional – Congresso de 1938. São Paulo: Sundermann, 2008.

FARIA, Marcos Moutta de. A experiência do Movimento Convergência Socialista. In: **Cadernos AEL: trotskismo**. Campinas: UNICAMP, IFCH, AEL, v. 12, nº 22/23, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

GARCIA, Cyro. **PT: de oposição à sustentação da ordem**. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

_____. **Partido do Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença**. Universidade Federal Fluminense, 2000. (dissertação de mestrado).

GASPARI, Elio. A Ditadura Encurralada. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

IANNI, Octavio. **A Ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

JUSBRASIL. Lei 4.330, de 1º de junho de 1964. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128652/lei-4330-64>. Acessado em: 07/04/2013.

KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. "Os trotskistas no Brasil". In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (org.). **História do marxismo no Brasil – Partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2007

LÖWY, Michael. Leon Trotski e *"O programa de transição"*. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/ 2013/11/07/leon-trotski-e-o-programa-de-transicao/>. Acesso em: 20/08/2014.

LUXEMBURGO, Rosa; LENIN, Vladmir Ilich. **Partido de Massas ou Partido de Vanguarda – Polêmica Rosa/Lênin**. São Paulo: Ched, 1981.

MACEDO, Edmar Almeida de. **Os trotskistas entre discursos e controvérsias: tradição, composição social e alinhamento internacional**. Universidade Federal do Paraná, 2011. (dissertação de mestrado).

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979**), Tese de Doutorado em História Social apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e ao Centre d'Histoire Sociale du XXème Siècle de l'Université de Paris I, Panthéon Sorbonne, São Paulo-Paris, 2010.

PEDROSA, Mario. **Sobre o PT**. 2ª ed. São Paulo: Ched, 1980.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. 2ª ed. revista. Cotia – SP: Ateliê, 2011.

SILVA, Antonio Ozaí da. **História das Tendências no Brasil**. 2ª ed., revista e ampliada. São Paulo: Proposta Editorial, s/d.

TROTSKY, Leon. **O Programa de Transição**. São Paulo: Týkhe, 2009.

Jornais

O Trabalho – n. 0 a n. 22 – de 1º de maio de 1978 a 15 maio 1979.